

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**MARCELO CORREA FERREIRA**

**SECURITIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO EM AEROPORTOS  
NO BRASIL DE 2001 A 2010**

**SÃO BORJA**

**2017**

**MARCELO CORREA FERREIRA**

**SECURITIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO EM AEROPORTOS  
NO BRASIL DE 2001 A 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado por Marcelo Correa Ferreira da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais e Ciência Política.

Orientador: Muriel Pinto

**SÃO BORJA**

**2017**

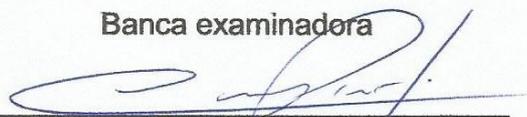
**MARCELO CORREA FERREIRA**

**SECURITIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO EM AEROPORTOS  
NO BRASIL DE 2001 A 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado por Marcelo Correa Ferreira  
da Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título  
de Bacharel em Ciências Sociais e  
Ciência Política.

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em 1 de dezembro  
de 2017

Banca examinadora



Prof. Dr. Muriel Pinto (Orientador)



Prof. Dr. Domingos Sávio Campos de Azevedo



Prof. Me. Jonivan Martins de Sa

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo elucidar o processo de securitização antiterrorista no espaço aéreo brasileiro no período de 2001 a 2010. Tomando como argumento principal no processo de securitização em aeroportos a descrição da lei nº 7.168/10 que trata sobre a interferência de atos ilícitos em aeronaves. A análise se verifica ainda com base no processo que entende a importância de atores políticos (deputados e presidência) e grupos de pressão (imprensa e sociedade civil) na questão envolve temas de segurança e, portanto, delineando uma nova configuração nas RI, e tendo como ponto de partida a análise do discurso baseada na Escola de Copenhague. O trabalho envolve ainda uma análise crítica do 11 de setembro e suas origens culminando com o aumento de medidas antiterroristas que se seguiram após os atentados em Washington. A análise do cenário brasileiro, portanto, se torna fundamental a fim de compreender a geopolítica com base na perspectiva nacional.

Palavras-chave: Securitização, PNVSEC, Terrorismo

## **ABSTRACT**

This work describe the process of anti-terrorist securitization in Brazilian airspace from 2001 to 2010. Taking as main argument in the airport securitization process the description of Law nº. 7,168/10 which deals with the interference of illicit acts in aircraft. The analysis is based on the process that understands the importance of political actors (deputies and presidents) and pressure groups (press and civil society) on the issue, which involves security issues and, therefore, outlining a new configuration in RI and taking as a starting point the discourse analysis based on the Copenhagen School. The work also involves a critical analysis of September 11 and its origins culminating in the increase in anti-terrorist measures that followed the attacks in Washington. The analysis of the Brazilian scenario, therefore, becomes fundamental in order to understand geopolitics based on the national perspective.

Key-works: Securitization, PNAVSEC, Terrorism

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGNU- Assembléia Geral das Nações Unidas

ANAC- Agência Nacional de Aviação Civil

ASEAN- Associação de Nações do Sudeste Asiático

AVSEC- Segurança contra Atos de Interferência Ilícita

ATSA- Regra da Segurança e Transporte da Aviação

CACI- Convenção de Aviação Civil Internacional

CENIPA- Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos

CERNAI- Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional

COMAER- Comando da Aeronáutica

CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito

CTA- Centro Técnico de Aviação

CUT- Central Única dos Trabalhadores

DAC- Departamento de Aviação Civil

DECEA- Departamento de Controle do Espaço Aéreo

ESI- Estudos de Segurança Internacional

ETA- Organização armada Basca cujo lema é Euskati Ta Askatasuna

EUA- Estados Unidos da América

FAA- Administração Federal de Aviação

FARC- Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FATF- Grupo de Ação Financeira Internacional

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FSM- Fórum Social Mundial

GGcT- Guerra Global contra o Terror

IAC- Instituto de Aviação Civil

IFI- Instituto de Fomento e Coordenação Industrial

IMO- Organização Marítima Internacional

INFRAERO- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

IRA- Exército Republicano Irlandês

MAER- Ministério da Aeronáutica

MST- Movimento Sem Terra

OACI- Organização da Aviação Civil Internacional

OEA- Organização dos Estados Americanos

ONU- Organização das Nações Unidas

OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte

PANS- Procedimentos de Voo

PKD- Diretório de Chaves Públicas

PNAVSEC- Programa Nacional Contra Atos de Interferência Ilícita

PNAVSEC- Programa Nacional de Instrução de Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita

PSO- Programa Brasileiro para Operação de Aviação Civil

RI- Relações Internacionais

SAC- Sistema de Aviação Civil

SARP- Normas e Práticas Recomendadas na Aviação

SERAC- Serviços Regionais de Aviação Civil

SITAR- Sistema Integrado de Aviação Civil

SMM- Manual de Gestão em Segurança

SUPP- Procedimentos Complementares

UNSCR- Resolução do Conselho de Segurança da ONU

USAP- Programa Universal de Auditoria de Segurança da Aviação

TSA- Agência de Segurança e Transporte

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPITULO 1 .....	15
TERRORISMO .....	15
1.1 CONCEITO DE TERRORISMO .....	15
1.2 UM BREVE HISTÓRICO DO TERRORISMO.....	16
1.3 O TERRORISMO DO 11 DE SETEMBRO .....	18
1.4 O ISLÃ E O NOVO TERRORISMO .....	21
1.5 REAÇÃO AO TERRORISMO .....	24
1.2.1 A ESCOLA DE COPENHAGUE .....	27
1.2.2 O <i>SPEECH ACT</i> .....	29
CAPITULO 2.....	34
AEROPORTO E LEIS .....	34
2.1 SECURITIZAÇÃO EM AEROPORTOS: NORMATIVAS E CONCEITOS ...	34
2.1.1 A AVIAÇÃO CIVIL NO BRASIL .....	35
2.1.2 MODERNIZAÇÃO DA AVIAÇÃO NO BRASIL .....	38
2.1.3 SAFETY E SECURITY .....	39
2.1.4 SURGE O AVSEC .....	41
2.1.5 SURGE A PNAVSEC.....	42
CAPITULO 3.....	45
O DISCURSO .....	45
3.1 ANÁLISE DO DISCURSO .....	45
3.1.1 ATORES.....	45
3.1.2 ANTITERRORISMO NOS EUA E SEUS ATORES .....	46
3.2.1 ANTITERRORISMO NO BRASIL E SEUS ATORES .....	50
3.2.2 A PRESIDÊNCIA .....	50
3.2.3 O CONGRESSO .....	53
3.3.1 GRUPOS DE PRESSÃO .....	56
3.3.2 A IMPRENSA .....	57
3.3.3 SOCIEDADE CIVIL.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64

BIBLIOGRAFIA.....	66
-------------------	----



## INTRODUÇÃO

Em 2002, Barry Buzan, um dos teóricos da Escola de Copenhague, escreve um artigo intitulado: *implicações do 11 de setembro para o estudo das relações internacionais*. Nesse artigo, Buzan exemplifica o que poderia ser notado dentro de outras correntes nas RI (Relações Internacionais) sobre os atentados. No trabalho ele reitera que não há necessidade de explicar os atentados terroristas dentro de uma nova abordagem fora daquelas já existentes. Em questão de pouco tempo houve uma reabertura de autores que identificam a dualidade entre o Ocidente e o Islã, como grande problema dentro do palco das relações internacionais.

Embora seja difícil focar para os estudos políticos de ordem internacional, atenções de ordem não ideológica, ou que se encontram fora do esquema, capital e opressão, o artigo, e posteriormente o livro *Choque de civilizações*, de Samuel Huntington, traz o elemento cultural e religioso como a base de conflito. Huntington (1997) foca sua análise em aspectos que provocam o leitor a pensar sobre uma questão que ultrapassa análises pré-estabelecidas dentro da política internacional.

Todavia dentro da proposta, entende-se que o conflito entre islã e o Ocidente é evidente ao longo da história, e tem como ponto alto a queda das duas torres. Dessa maneira, se verifica a promoção aos olhos do mundo a associação entre Terrorismo e o Islã, onde se define uma nova modelagem bastante recente da política mundial representada por uma preocupação maior com o terrorismo jamais vista.

A questão que envolve o centro da pesquisa se insere dentro da natureza particular do estudo da segurança internacional. A problemática, então, se estabelece da seguinte maneira: Qual a influência dos atentados do 11 de setembro no processo de securitização do terrorismo na agenda brasileira, no período de 2001 a 2010?

Portanto, o problema que se busca explicar dentro da metodologia científica se estabelece no campo de um específico evento busca entender suas causas e consequências ao Brasil. Objetivando o entendimento, o objeto de estudo se baseia na amostragem de respostas do país ao fato ocorrido no

dia 11 de setembro de 2001. Quais leis ou decretos de segurança foram baseados nesse evento? Novas medidas de segurança foram adotadas? E como os atores sociais e políticos agiram? Essas questões serão colocadas em discussão no presente trabalho, a fim de delinear os resultados e buscar a ligação desses pontos com os eventos ocorridos em 2001.

O objetivo geral do trabalho, portanto, visa a descrição das mudanças ocorridas no processo de securitização no Brasil após os eventos do 11 de setembro. Quais foram as mudanças ocorridas nas leis que regem os aeroportos do país e quais foram os fatores que a influenciaram. Entre objetivos específicos está descrever fatores que evidenciam a mudança de segurança em aeroportos do país. O Brasil não é reconhecidamente um país associado ao terrorismo e as suas discussões, e isso talvez seja reflexo da característica pacífica do povo. Entretanto é justo analisar que o Brasil tem efetuado uma série de ações de segurança a ameaça antiterrorista, evidenciando que a segurança em aeroportos tornou-se mais pesada em relação ao que havia no passado. Esse processo de segurança, somente foi possível com base no decreto lei nº 7.168/10 que disponibiliza uma série de ações e medidas que devem ser adotadas pelos aeroportos do país.

O centro da pesquisa, portanto, busca revelar os pontos sobre o processo de securitização das medidas de segurança adotadas nos aeroportos do país no período de 2001 a 2010 com base nas resoluções adotadas pelo governo e pelas agências de aviação. Também cabe ao trabalho analisar o processo de atuação dos atores responsáveis pela securitização, dessa maneira buscando elucidar quais os pontos semelhantes na segurança brasileira em relação ao que ocorre nos Estados Unidos.

Dessa maneira o capítulo 1 apresentará um breve sobre a dimensão do terrorismo e suas implicações nos dias atuais. Como ressalta Carvalho(2012),Taha,(2008) e Buzan(2002) sobre a base do conflito, onde se verifica “um novo sistema interestatal de alianças”(CARVALHO,2012) ao qual se identifica rede formada de colaboradores e não-colaboradores. Também será apresentado a teoria da Escola de Copenhague, juntamente com a

especificidade do *Speech act* e dos setores de segurança descritos por Buzan et al (1998).

No capítulo 2 serão verificadas as mudanças na questão da segurança em aeroportos, bem como suas resoluções e leis a nível nacional e internacional. Demonstrando se houve mudança no sentido de se tratar o terrorismo como uma ameaça à segurança. Como define Buzan et al(1998,p.21) sobre o processo de securitização com visa adotar “medidas extraordinárias contra ameaças”. Tais medidas, entretanto, podem ser conquistadas com base em um ameaça eminente, ou apenas formada por interesse de grupos específicos.

No capítulo 3 será analisado o discurso do atores brasileiros, a fim de determinar suas funções no processo de securitização. Com base nos discursos em pronunciamentos, resoluções e encontros obtidos por meio de documentos, sites, jornais, revistas, ou outros meios públicos. Tendo em vista que de acordo com Buzan et al (1998,p.40) a participação dos “grupos de pressão” é fundamental no processo de tornar um tema relevante na questão da segurança de um país. O capítulo, portanto, busca identificar a participação deles no processo de securitização antiterrorista no Brasil.

O presente estudo se encerra com as considerações finais onde serão apresentadas as considerações obtidas no trabalho.

A metodologia presente no trabalho tem como foco analisar elementos que fazem parte do conjunto formado pela securitização, focalizando a questão da segurança no Brasil. Para isso, será feita uma pesquisa qualitativa buscando-se integrar o conjunto de ideias presentes nos artigos e livros sobre os diversos temas abordados sobre o assunto. Tendo como definição de metodologia em Triviños (1987, p.125) sobre o tipo de pesquisa qualitativa, onde ele coloca como "o teor de qualquer enfoque qualitativo que se desenvolva será dado pelo referencial teórico no qual se apóia o pesquisador." Ao qual se propõe a observação da literatura especializada com base na natureza do objeto.

No tocante a questão teórica, o trabalho busca um conceito presente na chamada Escola de Copenhague. Nessa teoria se entende que o processo de

segurança nacional é influenciado pela ação dos atores domésticos, como políticos, burocratas, lobistas, empresas, movimentos sociais, ONGs. Esses grupos possuem a capacidade de interferir na pauta da agenda de segurança. A corrente teórica, portanto, desprende-se do conceito tradicional que define a segurança com medida na ação do Estado como ator único nas decisões.

Para o presente trabalho foram levantadas duas hipóteses. Inicialmente propõe-se que a agenda antiterrorista entra definitivamente na pauta do governo Brasileiro. De acordo com a necessidade e a proximidade política com os Estados Unidos, ou busca entrar em conformidade com resoluções a fim de angariar simpatia e pleitear um assento permanente na ONU. O Brasil, dessa forma, pode ter recebido essa influência e tomado uma série de medidas baseado nessas duas premissas. Embora o Brasil tenha sido alvo de críticas das autoridades americanas<sup>1</sup> quanto a certa leniência, o país tem tomado iniciativas de segurança e reforçado aparato de segurança em aeroportos. Essa argumentação pode ser verificável com base nos dispositivos legais adotados pelo país em conjunto com os Estados Unidos e órgãos internacionais.

A segunda hipótese a se confirmar se encontra na falta de ação dos atores domésticos no processo de securitização. A suspeita é que não houve uma força de discurso de atores como movimentos sociais, presidência da república, opinião pública e câmara dos deputados na questão que envolve o combate ao terrorismo. Essa mudança no processo de securitização antiterrorista ocorreu, mas não houve participação importante desses atores. A mudança se deu de "fora para dentro", onde o Brasil buscou entrar em conformidade com as leis internacionais em resposta ao processo que ocorria no mundo.

---

<sup>1</sup> De acordo com Lasmar (2014, p.60) apesar das mudanças "o governo brasileiro tem sido alvo de muitas críticas por essa postura. Além do governo estadunidense, a FATF (Grupo de Ação Financeira Internacional) tem frequentemente objetado a postura brasileira nesse assunto. Apesar de reconhecer os esforços brasileiros no que tange a lavagem de dinheiro, a FATF frequentemente aponta que o Brasil ainda não criminalizou o financiamento do terrorismo de uma maneira consistente com suas recomendações." LASMAR, Jorge M. Legislação brasileira de combate e prevenção do terrorismo quatorze anos após 11 de Setembro: limites, falhas e reflexões para o futuro. Revista de sociologia e política. 2014

## **CAPITULO 1**

### **TERRORISMO**

#### **1.1 CONCEITO DE TERRORISMO**

De acordo com o dicionário Aurélio 7<sup>o</sup> edição, a palavra terrorismo significa “modo de coagir, combater, ou ameaçar pelo uso sistemático da força”. Em um significado mais abrangente a etimologia política encontrada no Dicionário de Política 11<sup>a</sup> edição, a denominação que se dá ao terrorismo se encontra diversificada conforme sua natureza. Em primeiro momento encontra-se o Terror como arma que o Estado utiliza em suas formas de repressão, onde “o instrumento de emergência a que um Governo recorre para manter-se no poder” citando a denominação dada por Maquiavel e tornando como exemplo o período que seguiu a Revolução Francesa. Embora no próprio conceito se encontre que “o recurso ao terror por parte de quem já detém o poder dentro do Estado não pode ser arrolado entre as formas de Terrorismo político”, pois a classificação de terrorismo político somente pode ser dada a grupos que a utilizam com finalidade de derrubar o Estado. O Terrorismo político, portanto surgiria da resposta ao estado de coisas que o governo estabelece. No que se refere ao Terrorismo internacional, Bobbio (1998) esclarece a chamada “tomada de consciência” a qual a prática Terrorista tem por si a finalidade de chamar atenção a uma causa, e também de buscar o “potencial dissuasivo em relação ao inimigo”.

Em outra definição a respeito do terrorismo encontramos em Diniz (2002,p.18) onde o terrorismo significa “uma forma específica de luta política” e que emprega “como meio de ação uma forma específica de emprego da força — o terror”. O sentido em si em sua literal expressão pode abranger grupos de guerrilhas amontoados em florestas e também de ataques inesperados formados pelo povo armado, ao qual Clausewitz se refere quando fala de “milícias e bando civis”. O terrorismo, no entanto, ao qual o trabalho se situa atinge uma luta que visa o enfraquecimento do adversário em vários pontos. Diniz (2002,p.18) dessa maneira, completa com a função além do conflito

armado, ao qual o terrorismo “emprega-a não de forma a produzir imediatamente aquela meta política, isto é, não visa a dissuadir nem a compelir, mas sim a induzir no alvo um comportamento que permita derrotá-lo.” O terrorismo, portanto, como entendemos, possui a capacidade de levar suas ações a outros campos da sociedade alvo, atingindo sua economia, sua moral, por exemplo, e criando debates acerca do significado do confronto.

## 1.2 UM BREVE HISTÓRICO DO TERRORISMO

O terrorismo tem história desde a antiguidade, quando grupos subjugados armavam ataques contra os seus opressores. Inúmeros casos remontam à antiga Roma que sofria com atentados à autoridades do Estado promovidas pelos povos subjugados. No entanto, a expressão Terror, que denota ataques sistemáticos contra alvos a fim de promover o pânico foi dada apenas no século XVIII, na França revolucionária<sup>2</sup>.

No século XIX, os atentados terroristas tornaram-se a principal ação de grupos anarquistas, que passaram utilizar a fim de promover o terror<sup>3</sup>. Ao final do século XIX eles promoveram uma série de assassinatos a autoridades públicas. Tudo começa em 1894, quando um anarquista italiano apunhalou o Presidente francês Sadi Carnot; mais tarde em 1897, anarquistas mataram a punhaladas a imperatriz Elizabeth da Áustria e assassinaram o Primeiro-Ministro espanhol Antonio Canovas. Em 1900, o rei Humberto I, da Itália<sup>4</sup>, também foi vítima de um ataque terrorista e, no ano seguinte, um anarquista matou o Presidente norte-americano William McKinley com dois tiros<sup>5</sup>.

A série de assassinatos teve uma queda no início do século XX comparado ao século passado. Entretanto, o mais notório caso tenha sido

---

<sup>2</sup> A palavra terrorismo inicialmente foi usada durante a Revolução Francesa, entre os anos de 1793 e 1794 sob o comando do Comitê de Salvação Pública liderado por Robespierre. De acordo com Hobsbawn (2011,p.118) “o comitê era saudado pelos sansculotes”, pois “defendia da contra-revolução e da intervenção estrangeira”. HOBSEBAWN, Eric. A era das revoluções. Paz e terra. 25ª edição. 2011.

<sup>3</sup> De acordo com Preposit (2007, p.71) “em Congresso da Internacional realizada em Londres, a defesa pelo uso do terrorismo foi defendida como propaganda em resolução de 1881.” PREPOSITE, Jean. História do Anarquismo. Almedina. 2007.

<sup>4</sup> Idem, p.76

<sup>5</sup> Ver: RAUCHWAY, Eric. Murdering McKinley: The making of Theodore Roosevelt's America. Hill and Wang. 2003. p.76.

aquele que deu origem a Primeira Guerra Mundial. O arquiduque Francisco Ferdinando é assassinado por um membro do grupo nacionalista sérvio chamado "Mão Negra", o ato eclode o conflito que duraria 4 anos.

Em 1972, nas Olimpíadas de Munique, ocorre o assassinato de 17 membros representantes de Israel. O evento teve grande repercussão devido à transmissão ao vivo pela TV das ações dos terroristas. Meses após o ocorrido, a ONU (Organização das Nações Unidas) chega a realizar uma reunião para discutir a questão do terrorismo. Entretanto, poucas ações são efetivamente concluídas. Por quase três décadas o terrorismo se viu diante de atentados formados por grupos paramilitares de cunho separatista como, *FARCs* (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) *IRA* (Exército Republicano Irlandês), *ETA* (Organização armada Basca). Também ocorreram atentados promovidos por Estado como derrubadas de aviões como o caso de Lockerbie em 1988, e que obteve grande repercussão na imprensa. No entanto, nenhum caso teve maior espaço nas discussões políticas do que os atentados do 11 de Setembro. Esse evento praticamente mudou a rota dos conflitos e escancarou a verdadeira face do terrorismo. Como define Carvalho (2012, p.275) o 11 de Setembro foi um evento singular carregado de transformações:

O terrorismo virou um dos principais assuntos internacionais desde setembro de 2001. Ele afetou as perspectivas de crescimento das economias e deu origem a um novo sistema interestatal de alianças. Ele também ensejou uma série de mudanças que começam a alterar a nossa rotina diária. Pode-se dizer, afinal, que ele contribuiu para redefinir a ordem geopolítica mundial.

Uma nova forma de relações se constrói após o 11 de Setembro. A velha tradição da "Cortina de ferro"<sup>6</sup> deixa espaço para um novo conceito: países colaboradores e não-colaboradores do terrorismo. E a partir desse ponto grupos e não Estados<sup>7</sup> tornam-se o centro do conflito na política internacional.

---

<sup>6</sup> Embora se entenda que ameaças de ordem ideológica permanecem no cerne da problemática internacional. Ver: Revel (2000) e Pacepa (2013).

<sup>7</sup> A abordagem Globalista também desloca os atores Estatais. Nessa corrente de pensamento as organizações como ONGs (Greenpeace), Instituições de mercados (FMI, OMC) Organizações internacionais (ONU) possuem poderes e capacidade de suprimir vontades dos próprios estados. Seja nas duas versões tanto de Liberais (HELD et al, 1999) e Conservadores (CARVALHO, 2012), existe a certeza de uma espécie de "desterritorialização" que acaba por levar os Estados para fora do palco central das decisões políticas a nível mundial.

### 1.3 O TERRORISMO DO 11 DE SETEMBRO

Os atentados de 11 de setembro foram o grande marco da entrada do terrorismo na agenda internacional. Fato esse que pode ser comprovado pelas inúmeras ações antiterroristas ocorridas no mundo após o evento. Dado a proporção, e a catástrofe provocada, o 11 de setembro colocou o terrorismo no centro da política internacional. Apresentando uma nova ordem de disputa deixando para trás a velha ordem da guerra fria, o terrorismo entra definitivamente em pautas e agendas de discussões em diversos países do mundo. Buzan e Hansen (2012, p.346) identificam essas mudanças nos Estudos de Segurança Internacional(ESI), onde os autores percebem que “os eventos do 11 de Setembro e a GGcT (Guerra Global contra o Terrorismo) tiveram impacto nas ESI (Estudos de Segurança Internacional) tradicionalistas em muitos aspectos”.

A abordagem da Escola de Copenhague, portanto surge da necessidade de resolver brechas que a interpretação dos Tradicionalistas suprimiam diante da nova realidade dos conflitos. O destaque de atores não estatais globalmente conectados, como grupos terroristas deslocados de qualquer ponto fixo, levantou questões relacionadas às premissas da antiga centralidade do Estado e da racionalidade que escorava o pensamento tradicionalista.

A queda das duas torres, e o atentado no Pentágono, orquestrada por um grupo de pessoas de 3 países oriundas do Oriente Médio e África, e sem apoio formal de nenhum país, acabou estabelecendo novas regras de um jogo político que se iniciava naquele instante. Buzan e Hansen (2012, p.347) identificam as propriedades dessa nova ordem da seguinte maneira:

O Realismo, e em especial o Neorealismo, e com eles boa parte do ESI tradicionalistas haviam se revoltado fortemente ao estudo de Estados e ameaças externas, nesse sentido o 11 de Setembro tornou isso complicado de duas maneiras diversas. Primeiro, pelo fato de que aqueles que atacaram não eram Estados, mas sim dezenove indivíduos situados em uma rede terrorista que não possuía o núcleo e a estrutura oficial dos Estados ou mesmo dos tradicionais movimentos nacionalistas separatistas ou de guerrilhas.

Os ataques de 11 de setembro de 2001, levaram a uma grande transformação no tratamento internacional do terrorismo. Processo que não

atingia a pauta de debates desde 1972, e a partir disso, a agenda institucionalizou-se em um regime internacional diante dos eventos ocorridos em Nova York. Taha (2008,p.2) argumenta que “o alerta gerado pela catástrofe do World Trade Center fomentou uma mudança radical pós-11 de Setembro de 2001 no cenário internacional, sobretudo com a teoria de segurança internacional.”

O primeiro de todos a reagir foi claramente os Estados Unidos com adoção de leis aprovadas no Congresso. Em seguida a ONU, que através do Conselho de Segurança, sancionou a resolução 1368 de 2001, admitindo a aplicabilidade de medidas de força individual e coletiva, em nome da legítima defesa contra os responsáveis pelos atentados. A ONU também delimitou sobre as obrigações dos Estados-membros em combater o terrorismo na resolução do conselho (UNSCR 1373), que insta os mesmos a cooperarem e prevenir outros ataques.

As implicações do 11 de setembro se tornaram singulares na medida em que os componentes responsáveis pela ação apresentam característica fora dos padrões antes pré-estabelecidos.

Somente para citar dois grupos terroristas, o Aum Shinrikyo e o *IRA*, podemos notar que a origem deles remetia a ações estritamente controladas do ponto de vista geográfico. O primeiro fazia parte de uma seita comandada por Shoko Asahara, que angariava doações prometendo assumir os pecados dos membros. A ideologia da seita girava em torno de “um futuro *Armageddon* que ocorreria próximo ao ano 2000”(RAEVSKIY,2014,p.34,trad nossa)<sup>8</sup>. Para fins de purificação, o grupo realizou o atentado terrorista mais notório que se teve notícia, até o 11 de setembro. Dispersando pequenos sacos cheio de gás Sarin, em 4 metros da estação de Tóquio, o grupo foi responsável pela morte de doze pessoas. Embora tenha sido razoavelmente sucedido, o atentado impossibilitou novas incursões do grupo porque o responsável logo foi descoberto e a seita teve mudar de liderança e de nome.

---

<sup>8</sup> According to this comic book, everyone except Aum members would die during the destruction of this world by the Shiva deity. Speaking about the Armageddon was a good idea for Asahara: before the approaching millenium in 2000, many Japanese felt worried, and joining Aum was a solution to overcome those fears.

A diferença que se percebe entre a periculosidade do Aum Shinrikyo em relação aos grupos terroristas de origem islâmica é relativa ao tamanho de cada um. Enquanto o Aum Shinrikyo é uma seita fanática restrita ao Japão, o Islã, no entanto, fornece simpatizantes à guerra santa em todas as partes da terra. Essa, talvez tenha sido a característica essencial que o diferencia de grupos terroristas islâmicos. Embora a seita, assim como o Islã, não tenham como missão principal o terrorismo, as ações dos radicais nesse sentido, fornecem simpatizantes para ataques dessa natureza. O atentado na estação remete a um grupo que possui atuação limitada de poucos membros e disponíveis em local bem definido.

O Aum Shinrikyo ainda pode ser considerado um caso raro de grupo pequeno cuja organização de atentado tenha sido de relativo sucesso. A obediência dos terroristas que possuíam curso superior e tinham conhecimento sobre química, somente pode ser explicada com base na formação cultural japonesa que tem como característica o respeito à hierarquia e ao coletivo<sup>9</sup>.

Grupos separatistas de maneira geral têm sua área de atuação limitada ao espaço geográfico. Também diferente de grupos islâmicos que tem por missão o ataque aos inimigos Ocidentais, esse tipo de grupo ainda pode entrar em acordos políticos. Cabe distinguir a natureza do grupo terrorista Irlandês chamado *IRA*. As ações do grupo ao longo da segunda metade do século XX foram orquestradas contra políticos, policiais e membros do parlamento inglês, que defendiam políticas mais abrangentes da parte protestante em relação a católica. O grupo realizou inúmeros atentados, e matou mais de três mil pessoas, entre eles inocentes que não tinham qualquer participação no conflito. Entretanto o grupo acabou por realizar um acordo com dirigentes do Parlamento pondo fim ao braço militar oficialmente em 2006<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Trianis (1994) alerta para a diferença da cultura japonesa onde encontramos duas diferenças, a primeira seria a “obediência e lealdade” e a segunda uma “cultura coletivista”. E isso faz com que valores de grupo sejam considerados mais importantes que valores individuais. Triandis, 1994 apud Raevskiy, 2014 trad. nossa p.37

<sup>10</sup> O mesmo processo ocorre com o grupo armado ETA que em 2011 anunciou o fim de suas ações armadas. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2110201113.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2110201113.htm)>. Último acesso 17 de outubro de 2017.

## 1.4 O ISLÃ E O NOVO TERRORISMO

Entretanto o novo conflito terrorista apresentado por grupos de origem islâmica, como a Al Qaeda, evidenciam um conflito que vai além do político e transcende em muitos outros aspectos. Ele ultrapassa os últimos séculos deslocando Ocidente e Oriente em diferentes pontos. Buzan,(1998,p.53,trad nossa)<sup>11</sup>, por exemplo, destaca a religião como um objeto “com alto potencial de securitização”. Em especial pode-se destacar o conflito entre o Ocidente e o islã que se torna irremediavelmente indissolúvel<sup>12</sup>. De acordo com Huntington (2001,p.262) o conflito remete a períodos da história.

Alguns ocidentais têm afirmado que o Ocidente não tem problemas com o Islã, mas apenas com os violentos extremistas fundamentalistas islâmicos. Mil e quatrocentos anos de história provam o contrário. As relações entre o Islamismo e o Cristianismo tanto Ortodoxo como Ocidental foram frequentemente tempestuosas.

Também destaca-se o aspecto teológico em que o islã contrasta com outras culturas. No Alcorão existem passagens<sup>13</sup> que remetem ao conflito iminente contra os chamados infiéis, ou seja, aqueles que não seguem a religião de Allá. Lewis (1990,p.49), por exemplo, vê a formação de grupos “antagônicos como natural em diversas comunidade e grupos culturais

---

<sup>11</sup> Religion remains potentially available as a referent object for military securization, but as the cases of the former Yugoslavia and the Middle East she, in the modern world religion is often entangled with state (Israel, Iran) or nation (Serbia, Croatia).In the contemporary world, religion has not yet transcended the state as a referent object for military security except on the small scale of extremist cults(Branch Davidians, Aum Shinrikyo).Lying in the background, however, are Western fears of Islam, the rise of “Hindu nationalism”,and theories about the “clash of civilizations” (Huntington 1993,1996)-all of which suggest that the Westphalian state’s claim to exclusivity as the referent object for military security is not beyond challenge from both larger and smaller entities.

<sup>12</sup> Ver: WHEATCROFT, Andrew. Infidels : a history of the conflict between Christendom and Islam. Penguin Books.2003

<sup>13</sup> Algumas passagens do Alcorão que se referem sobre as responsabilidades do muçulmano para com outros crentes e sua cosmovisão é considerada bastante unilateral. 3:32 - Obedeça a Deus e ao Mensageiro. Mas, se recusarem - então, de fato, Deus não gosta dos descrentes. 3:151 - **Infundiremos terror nos corações dos incrédulos**, por terem atribuído a Deus, sem que Ele lhes tivesse conferido autoridade alguma para isso. 5:73 - **São blasfemos aqueles que dizem: Deus é um da Trindade!**, Portanto não existe divindade alguma além do Deus Único. Se não desistirem de tudo quanto afirmam, um doloroso castigo açoitará os incrédulos entre eles. 9:5 - Mas quanto os meses sagrados tiverem transcorrido, **matai os idólatras, onde quer que os acheis; capturai-os, acossai-os e espreitai-os;** porém, caso se arrependam, observem a oração e paguem o zakat, abri-lhes o caminho. Sabei que Deus é Indulgente, Misericordiosíssimo. 9:29 - **Combatei aqueles que não crêem em Deus** e no Dia do Juízo Final, nem abstêm do que Deus e Seu Mensageiro proibiram, **e nem professam a verdadeira religião** daqueles que receberam o Livro [judeus e cristãos], até que, submissos, paguem o Jizya. O ALCORÃO SAGRADO. Tradução de Amyr El Hayek. Centro cultural beneficente árabe islâmico de Foz do Iguaçu. LCC publicações eletrônicas.2006. Grifo nosso.

distintos”<sup>14</sup>, mas salienta que o “radicalismo é muito mais forte no islã”<sup>15</sup>. Essa não aceitação de grupos diferentes daqueles que proferem o Deus Allá cria espaço para a formação de grupos radicais. Grupos como a *Al Qaeda*, *Hamas* e *Hezbollah*<sup>16</sup>, estes grupos não desejam acordos, para eles somente ações pesadas contra os inimigos são a própria razão da guerra. A base da religião também sustenta a “indissolúvel relação com a política”<sup>17</sup>, formando nações cujos preceitos civis e penais se mantêm dentro da ordem religiosa. Contrastando com o Ocidente cuja relação entre Estado e religião não apresenta-se da mesma forma.

A partir disso, observa-se que os eventos ocorridos em 11 de setembro em nova York, possibilitaram a compreensão de um novo sistema de conflito apresentado por grupos terroristas de cunho islâmico. Diferentemente de outros grupos terroristas não islâmicos, como *IRA* e *Aum Shinrikyo*, já citados, a *Al Qaeda*, em especial possui a capacidade de angariar membros e simpatizantes com muito mais sucesso. O grupo terrorista de Bin Laden, possui redes em países como Afeganistão, Paquistão, Sudão e Iraque<sup>18</sup>, o que possibilita uma montagem de células aumentando assim sua força. Essa característica se baseia no princípio da *Jihad*<sup>19</sup>, expressão encontrada no Alcorão e que denota um chamado a todos os Islâmicos ao combate contra os infiéis(aqueles que não seguem o Islã).

Em termos de contexto histórico, a Jihad foi usada por Guilherme I, o Kaiser alemão, na busca por um forte aliado na I Guerra Mundial, aliando-se ao

---

<sup>14</sup> Most, probably all, human societies have a way of distinguishing between themselves and others: insider and outsider, in-group and out-group, kinsman or neighbor and foreigner.

<sup>15</sup> The movement nowadays called fundamentalism is not only Islamic tradition. There are others, more tolerant, more open, that helped to inspire the great achievements of Islamic civilization in the past, and we may hope that these other traditions will in time prevail. But before this issue is decided there will be a hard struggle, in which we of the West can do little or nothing. Even the attempt might do harm, for these are issues that Muslims must decide among themselves.

<sup>16</sup> Obras do intelectual egípcio Sayyid Qutb defendem em muitos aspectos o radicalismo islâmico e foram importantes para a formação do retorno ao pensamento islâmico na segunda metade do século XX. Ver: Kepel (1991)

<sup>17</sup> Ver: LEWIS, Bernard. A crise do islã: guerra santa e terror profano. Jorge Zahar .2004

<sup>18</sup> Ver: ROLLINS, John. *Al Qaeda and Affiliates: Historical Perspective, Global Presence, and Implications for U.S. Policy*. Congressional Research Service. 2011

<sup>19</sup> Como ressalta Lewis (2002,p.46) a respeito da declaração de guerra promovida pela Islã. “Segundo as leis islâmicas, está de acordo com as escrituras fazer guerra contra quatro tipos de inimigos: infiéis, apóstatas, rebeldes e bandidos. Embora os quatro tipos de guerra sejam legítimos, apenas os dois primeiros contam como Jihad”.

Império Otomano justificando estar ao lado do povo Islã contra os ocidentais<sup>20</sup>. Planejando rebeliões em colônias Britânicas e Francesas, o Kaiser tinha como meta a união islâmica contra os Aliados da tríplice Entente. No entanto, o plano não funcionou porque o Sultão Hamid II, não tinha influência entre os povos islâmicos oriundos de outras regiões. Diante desse fato histórico percebe-se a formação do atual cenário que se desenvolve com base nos mesmos princípios da Jihad pensada pelo Kaiser, entretanto com a diferença do maior engajamento dos fiéis a causa, dado essa diferença crucial causada pelo embate contra o Ocidente representado na maioria das vezes pelos Estados Unidos.

As ações de grupos como *IRA* e *Aum Shinrinkyo* eram delimitadas no espaço geográfico, mas agora em nome da Jihad, esses indivíduos podem remeter as ações criminosas sob comando a centenas de quilômetros, atentando contra vida de pessoas consideradas inimigas e cuja distância é bem menor. Essa talvez seja a principal característica do terrorismo islâmico, a proximidade com o inimigo.

Outro ponto importante a salientar refere-se à ameaça nuclear que grupos terroristas apresentam. O fato desses grupos não apresentarem-se como Estados, propriamente ditos, limitam as condições de um ataque em resposta. Tal cenário evidencia uma mudança na política internacional e faz contraposição a teorias sustentadas pelos Realistas (MORGENTHAU,1948) e Neorealistas (WALTZ,1979). Como pontua Langewiesche(2007,p.22) sobre os perigos dessas armas em mãos de grupos radicais

A possibilidade extrema, e inteiramente real, é de que uma ou duas armas nucleares caiam nas mãos dos novos guerrilheiros sem país, os jihadistas, que não propiciam nenhum dos alvos adequados à retaliação que têm sustentado a paz nuclear nenhuma instalação permanente de infra-estrutura para proteger, nenhuma cidade capital, nem mesmo um país a que possam chamar de terra natal.

Embora casos concretos de que armas nucleares tenham sido encontradas em mãos de terroristas, ainda não foram confirmadas, o perigo é constante, e as possibilidades crescem com o passar dos anos.

---

<sup>20</sup> Ver:McMEEKIN, Sean. O expresso Berlim-Bagdá: O império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial 1898-1918. Globo. 2011

Diante disso, é possível admitir a capacidade grupos de cunho islâmico têm para se tornar agentes de desestabilização política, com potencial considerável, tendo em vista o poder de engajamento dos fieis é maior, e o conflito que se desenvolve apresenta-se muito mais dinâmico que no passado. De acordo com Fergusson (2012,p.371) a teoria do “choque de civilizações” apesar de alvo de objeções ainda

parece uma explicação melhor do mundo pós-Guerra Fria do que as teorias concorrentes que Huntington descartou: que haveria um “único mundo” pós-histórico (ou neoconservador) sob a liderança dos Estados Unidos, ou uma disputa realista de todos contra todos entre os cerca de 200 Estados-nação, ou apenas “a polaridade” absoluta, ou, em outras palavras, o caos.

Dessa forma é possível concluir que o terrorismo islâmico se encontra no centro do processo de securitização do setor militar atualmente e que tais medidas podem ser adotadas com a finalidade de conter potenciais perigos.

## 1.5 REAÇÃO AO TERRORISMO

No que tange a questão referente às leis, os Estados Unidos foram os primeiros a reagirem contra o terrorismo. Em outubro de 2001, Bush leva ao Senado americano para aprovação da chamada *Patriot Act* (Lei Patriótica). Em suma, a lei concede à polícia e aos serviços de inteligência uma série de medidas. Entre elas estão, a prisão e isolamento de suspeitos bem como mantê-los detidos indefinidamente, (mesmo sendo estrangeiros), podem ainda “suprimir a necessidade de autorização judicial para promover interrogatórios” (TAHA,2008,p.9). E entre outras medidas também estão: as escutas telefônicas, censura sobre correspondência e espionagem pela Internet. A Lei patriótica, entretanto, é envolta de muita discussão que envolve não somente os direitos e liberdades suprimidos,<sup>21</sup> mas também os de cidadãos estrangeiros.

---

<sup>21</sup> De acordo com Motta (2012) essa mudança trouxe pontos negativos, pois “aumentou o poder de repressão do Estado” e possibilitou a intervenção militar em outros países.

Em termos de segurança em aeroportos, Bush assinou a lei de criação do *Aviation and Transportation Security Act (ATSA)*<sup>22</sup>, órgão responsável pelas leis de segurança no espaço aéreo<sup>23</sup>. Esse órgão estabeleceu uma nova diretriz aos comandos aéreos do país, pois em “em 2002 a ATSA passou à TSA a função de supervisionar as operações de segurança e a implementar mandatos em todos os 429 aeroportos comerciais doa EUA”(BLALOCK et al, 2007,p.2.trad.nossa)<sup>24</sup>. A partir disso, a ATSA realizou diversas mudanças nos procedimentos de segurança da aviação civil, entre essas mudanças está o rastreamento de segurança de todos os passageiros, bem como a exigência de iniciar a triagem de todas as bagagens.

Os ataques terroristas em solo americano não passaram despercebidos em outros países, e as reações dos chefes políticos foram de repúdio. O presidente russo Vladimir Putin afirmou que os atentados “não deveriam passar impune” e pediu a “união internacional para lutar contra o terrorismo”<sup>25</sup>. O chanceler alemão Gerhöder<sup>26</sup> e ex-premiê israelense Binyamin Natenyahulbdem<sup>27</sup> classificaram os atentados como “ataque ao mundo civilizado”. Na França, além do discurso de apoio aos Estados Unidos o ministro Lionel Jospin decidiu ativar o plano *Vigipirate*, criado em 1995 para mobilizar as forças nacionais contra perigos externos.

Na questão que envolve planos de ação de segurança, o Reino Unido foi um dos primeiros na Europa. Em 19 de novembro de 2001, foi promulgada o *Anti-terrorism, Crime and Security Act*. Entre as principais medidas dessa lei estão a ampliação do poder da polícia para apreender passaportes, impedir o

---

<sup>22</sup> Antes as medidas de modo geral eram responsabilidade da Federal Aviation Administration (FAA).

<sup>23</sup> Mais tarde a função relativa à segurança Aeroviária passou à TSA, órgão ligado ao Departamento de Segurança.

<sup>24</sup> The two primary changes in airport security visible to passengers were the federalization of passenger security screening at all U.S. commercial airports by November 19, 2002, and the requirement to begin screening all checked baggage by December 31, 2002. The ATSA charged the TSA with overseeing security operations and implementing the mandates at all 429 commercial airports in the U.S.

<sup>25</sup> Folha de São Paulo 12/09/2001.p.12; Terror abala centro do poder nos EUA . Em telegrama enviado ao presidente americano a mensagem de Putin era de que “Não há dúvidas de que um ato tão desumano não deve passar impune. A comunidade internacional inteira deve se unir na luta contra o terrorismo.”

<sup>26</sup> Idem

<sup>27</sup> Ibidem.

retorno ao Reino Unido e até retirar a cidadania britânica de suspeitos de envolvimento em atividades terroristas. Na França e na Espanha, medidas similares foram tomadas. Mesma ação foi encontrada nos países do Oriente Médio aliados aos Estados Unidos no combate ao terrorismo. No sudeste asiático foi promulgada a ASEAN, uma declaração de ação conjunta entre os Estados para o combate ao terrorismo<sup>28</sup>. No caso da agenda internacional, o combate ao terrorismo chegou com base nas disposições de lei norte-americana. Como define Vervaele (2014, p.31)

Os ataques de 11 de setembro e a posição adotada pelos Estados Unidos em matéria antiterrorista tiveram consequências na Europa. Muitos países europeus adotaram legislações especiais antiterroristas ou endureceram significativamente as leis já existentes. A União Européia acelerou a adoção da decisão-marco sobre harmonização da legislação penal em matéria de terrorismo e sobre o mandado de prisão e elaborou um vasto projeto de ação antiterrorista.

A União Européia em 2004, declara apoio no combate ao terrorismo, escandalizado pelo atentado em Madrid, o parlamento europeu emitiu resoluções em conformidade com agências internacionais de aviação e marítima, (OACI e o IMO<sup>29</sup> respectivamente).

Portanto, conclui-se que existe um movimento real no sentido desestabilizar os Estados democráticos, e de maneira concomitante um

---

<sup>28</sup> Ver: FEBRICA, Senia. Securitizing Terrorism in Southeast Asia Accounting for the Varying Responses of Singapore and Indonesia. Asian Survey, Vol. 50. 2010

<sup>29</sup> A União e os seus Estados-Membros comprometem-se a fazer tudo o que estiver ao seu poder para o combate de todas as formas o terrorismo. Em conformidade com os princípios fundamentais da União, e as disposições da Carta das Nações Unidas e as obrigações estabelecidas no Conselho de Resolução da ONU 1373 (2001). O terrorismo como uma das principais ameaças aos interesses da UE e solicitado ao Presidência e ao Secretário- Geral / Alto Representante Javier Solana, em coordenação com a Comissão, a apresentar propostas para implementação da estratégia, incluindo recomendações para combater a ameaça do Terrorismo e lidar com suas causas profundas. Tendo em conta os acontecimentos de Madrid, o Conselho Europeu considera que as completas medidas de combate ao terrorismo são ações de urgência. Tendo em conta os acontecimentos de Madrid, o Conselho Europeu considera que as completas medidas de combate ao terrorismo são ações de urgência. Declaration on combating terrorism. Encourage Brussels, 25 March 2004.trad nossa. Disponível em < <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/DECL-25.3.pdf>> Último acesso em 17 de julho de 2017.

movimento que busca contê-lo com base em legislações punitivas aos terroristas, e no processo que garanta mais segurança na aviação comercial. A nova nomenclatura dos conflitos que os *Jihadistas* estabeleceram ultrapassa regiões e limites geográficos e desloca para uma nova área nas relações internacionais.

### 1.2.1 A ESCOLA DE COPENHAGUE

No período que sucedeu a Guerra Fria a forma de compreender política internacional com base nos conflitos tornou-se conhecida como Neorrealismo. O aspecto conceitual da corrente propagava a ideia da polaridade de poderes globais representada por Estados Unidos e União Soviética. Essa abordagem trouxe um arcabouço de pensamentos que completava com a ideia de uma relativa paz em relação aos grandes conflitos, baseada na ação racional dos atores estatais com base no poderio nuclear de ambos (WALTZ,1981). Entretanto, essa abordagem não seria suficiente para explicar os novos conflitos que surgiriam após o colapso da União Soviética.

A Escola de Copenhague surgiria em meados da década de 1980 pelo professor de Ciência Política, Barry Buzan, com o livro *People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations*. Logo mais tarde, outros acadêmicos da escola como Ole Wæver e Jaap Wilde, juntam-se à ele, e lançam o livro *Security: A New Framework for Analysis*, formatando assim as bases da teoria.

A síntese a teoria se sustenta no estabelecimento de uma divisão de setores de prioridade nacional. A Escola de Copenhague entende que existam outros setores de segurança além do Militar, entre esses estão o Ambiental, Societal, Econômico e Político. Nesse ponto ocorre uma separação entre os tradicionalistas (Realistas e Neo-realistas) que observam o Estado a nível internacional apenas dentro do conceito militar<sup>30</sup>. O poder discursivo da

---

<sup>30</sup> De acordo com Buzan et al (1998,p.40) Hobbes e Waltz, por exemplo comparavam "o Estado a um indivíduo", como qualquer outro, e dessa maneira possuem suas incertezas e

securitização une atores da política interna e externa que são chamados de *atores securitizantes*, e são definidos de acordo como a capacidade que possuem de “declarar algo existencialmente ameaçado, sendo os *objetos de referência*”, ou seja “aquilo que está ameaçado existencialmente possui uma reivindicação legítima por sobrevivência”(BUZAN et al,1998, apud BUZAN e HANSEN,p.334). Aqueles que correspondem ao processo de securitização possuem o interesse de que sua pauta se torne segurança nacional<sup>31</sup>. E quanto a classificação de cada ator, Buzan et al (1998) classificam de acordo com sua atuação no processo, onde ele os diferencia como unidades de análise divididas em: “objeto de referência, atores *securitizantes*, e atores funcionais”(BUZAN et al,1998,p.36) onde no primeiro existe a definição do tema de importância, e nos dois últimos a definição dos atores na defesa da agenda, que podem ser políticos, ou de empresas.

No entanto, é importante que se ressalte que embora na teoria, a securitização esteja aberta para qualquer indivíduo assumir a mudança, ela está mais relacionada na prática “aos atores de securitização mais comuns que são líderes políticos, burocratas, governos, lobistas e grupos de pressão” (BUZAN et al;1998,trad. nossa.p.40-1).

No tocante as etapas da securitização, o processo deve obedecer a um esquema lógico. De acordo com Buzan et al (1998,trad. nossa.p.23) “segurança é o movimento que leva a política para além das regras estabelecidas do jogo e enquadra o problema ou como um tipo especial de política para além da política.<sup>32</sup>” Em outras palavras, o processo de securitização envolve a entrada de um tema na agenda de segurança. No princípio, os atores deverão levantar a questão através do *ato do*

---

desconfianças. BUZAN,Barry;WÆVER,Ole;WILDE,Jaap. Security: A New Framework for Analysis. Lynner Rienner. 1998

<sup>31</sup> Buzan et al (1998,p.40,trad nossa) argumenta que “esses atores não são geralmente os objetos referente da segurança, porque raramente eles podem falar de segurança através da necessidade de defender a sua própria sobrevivência. Seu argumento será normalmente que é necessário para defender a segurança do estado, nação, civilização, ou alguma outra comunidade mais ampla, princípio ou sistema”.

<sup>32</sup> Security is the move takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics.

*discurso*(speech act). A partir dessa etapa, os decisores, ou seja, aqueles cujo objetivo é o convencimento do que se trata o tema deverão tomar medidas.

### 1.2.2 O SPEECH ACT

Em síntese, o *Speech act* é o tema que o ator *securitizante* vai levar para agenda de segurança. No entanto, para que a securitização ocorra há necessidade de passar por uma etapa preliminar, o chamado *start point* (ponto inicial). Ele é o princípio de tudo, onde os atores envolvidos no tema deverão iniciar a entrada na agenda. Dessa forma, de acordo com Taureck (2006) o *start point*, define-se como “o processo de securitização ocorre a partir do speech act; ou seja, do ato do discurso em que um ator invoca a questão da segurança” (TAURECK, 2006 apud MOTTA, 2012, p.6).

É seguramente importante que o *ato do discurso* designe uma ameaça existencial, que pode ser militar, econômica, política, societal, ou ambiental. Após o assunto tomar forma é necessário que tome aceitação de um “público significativo”(BUZAN et al,1998, p.27).

No entanto, nem todo ato surge visível aos olhos do público como ação imediata pela sobrevivência, países fechados normalmente utilizam dos serviços secretos para não divulgar resoluções e atos políticos. Em democracias, porém, tal responsabilidade pela apresentação do ato é definida ao grande público no começo, no entanto, depois, a informação fica reservada aos bastidores. Para que entre na agenda de segurança, o *ato do discurso* precisa ser eficiente, afim de que se crie uma unidade de esforço, no setor específico. Deve ter o entendimento do grupo que fala para o grupo que autoriza as ações. De acordo com Buzan et al (1998,p.33,trad. nossa)<sup>33</sup> tal condição de êxito no ato da fala deve

---

<sup>33</sup> To construct a plot that includes existential threat, point of no return, and a possible way out-the general grammar of security as such plus the particular dialects of the different sectors, such as talk identity in the societal sector, recognition and sovereignty in the political sector, sustainability in the environmental sector , and so on. The external aspect of a speech act has two main conditions. One is the social capital of the enunciator, the securitizing actor, who must be in a position of authority, although this should not be defined as official authority. The other

construir uma trama que inclui ameaça existencial, ponto de não retorno e uma possível saída - a gramática geral de segurança assim como os dialetos específicos dos diferentes setores, tais como a identidade de diálogo no setor da sociedade, o reconhecimento e a soberania no setor político, a sustentabilidade no setor ambiental, e assim por diante. O aspecto externo de um ato discurso tem duas condições principais. Um deles é o capital social do enunciador, o agente securitizador, que deve estar em posição de autoridade, embora isso não deva ser definido como autoridade oficial. A outra condição externa tem a ver com a ameaça. É mais provável que se possa conjurar uma ameaça à segurança, se certos objetos podem ser referidos, e que geralmente são considerados ameaçadores - sejam tanques, sentimentos hostis ou águas poluídas.

A entrada para o domínio de segurança indica uma espécie de hierarquia de ameaças, que necessitam de atenção conforme sua emergência. Waever (2000), no entanto diferencia dois conceitos previamente separados que são “politização” e “securitização”, onde ele reitera que “apenas o segundo possui ferramentas extraordinárias para a solução do problema”.<sup>34</sup>

### 1.2.3 OS SETORES DE SEGURANÇA

A abordagem da Escola de Copenhague pode ser considerada como abrangente, pois ela sustenta ameaças que são separadas de acordo com os setores de prioridade. A classificação desses setores varia conforme aquilo que se considera os tipos de ameaças à soberania de um Estado. São eles: Militar, política, econômica, ambiental e societal.

O primeiro deles talvez seja aquele mais conhecido e mais fácil de assimilar, pois traz uma base conceitual de outras abordagens que tinham preocupação apenas com questões de conflito. O setor militar apresenta uma especial atenção às questões que obrigam o Estado a agir em uma guerra. Também faz parte do setor militar ações em tempos de paz que permitem o

---

external condition has to do with threat. It is more likely that one can conjure a security threat if certain objects can be referred to that are generally held to be threatening –be they tanks, hostile sentiments, or polluted waters.

<sup>34</sup> Buzan et al (1998,p.327), no entanto, alerta sobre o perigo de se construir um processo securitizante com vistas a tornar um Estado extremamente vigilante. Onde reitera que “construir algo como um problema de segurança poderia ser uma estratégia problemática ou mesmo perigosa pelo fato de garantir privilégios aos líderes oficiais e legitimar a suspensão de direitos civis e liberais.

Estado agir em resoluções em órgãos internacionais como a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e ONU<sup>35</sup>. Normalmente os atos do discurso nesse setor ficam restritos apenas aos militares ou aos burocratas de alto escalão (ministros, presidentes)<sup>36</sup>. Em países democráticos, embora haja mais liberdade de informação e de ação política, não é comum ocorrer mobilizações sociais em torno de um tema.

No setor ambiental existe uma preocupação acerca de questões referentes a problemas sociais oriundos de conflitos de identidade. Pessoas de um país podem se sentirem temerosas com mudanças sociais que apresentem mudanças ao seu *status quo*. Como explica Buzan et al (1998,p.119,trad nossa)<sup>37</sup> sobre a ameaça onde “a insegurança social existe quando comunidades de qualquer natureza definem o desenvolvimento ou a potencialidade de uma ameaça à sua sobrevivência como comunidade.”

Entre esses perigos pode-se se destacar as imigrações de cidadãos oriundos de países islâmicos que através de sua cultura contrastante aos nativos provoca instabilidade política e social. Também cabe ressaltar distúrbios internos provocados por movimentos separatistas como o de Quebec e da Catalunha, e que possuem a capacidade de criar instabilidade política ao país.

O aspecto de segurança do setor Econômico se encontra em “um debate não resolvido entre as formas de estruturação econômicas”(BUZAN 1991,p.230, apud BUZAN et al,1998,p.95,trad nossa)<sup>38</sup>. Neste setor as decisões acerca dos rumos de economia e mercado em um país, são os

---

<sup>35</sup> Um exemplo claro da securitização em tempos de paz foi a Missão das nações unidas para estabilização do Haiti, criada em 2004.

<sup>36</sup> Cabe ressaltar outros atores desse setor. De acordo com Tanno (2003,p.63) “Adicionalmente às elites militares, outros atores securitizadores do setor são os grupos de pressão, os intelectuais, os representantes ministeriais e a indústria de armamentos.” TANNO, Grace. A Contribuição de Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. Contexto internacional.2008

<sup>37</sup> Societal insecurity exist when communities of whatever kind define a development or potentially as threat to their survival as a community.

<sup>38</sup> The idea of economic security is located squarely in the unresolved and highly political debate about international political economy concerning the nature of the relationship between the political structure of anarchy and the economic structure of the market.

fatores importantes no processo de securitização. Dentre os rumos econômicos em disputa, Buzan et al (1998,p.95) classificam três tipos quanto ao conceito de ideia: Mercantilistas (ou neo-mercantilistas), Liberais, Socialistas. Os Primeiros buscam um Estado protecionista, com vistas a promover uma balança comercial favorável com base em mais exportações em detrimento as importações. No segundo, os liberais buscam um Estado com livre comércio, onde ocorra a operação do *laisser faire*, com menor taxaçoão ao mercado, seja ele interno ou externo. No terceiro, o Estado deve ser o “garantidor” dos benefícios a população promovendo o aumento dos gastos públicos.

Como define Tanno (2003,p.66) “nesse setor, a definição do objeto de referência no campo da segurança variará de acordo com a posição ideológica.” Também cabe ressaltar que a predominância de cada conceito na política econômica de um país mudará conforme as consequências das ações e da reação do público. Eleições, por exemplo, são bons medidores de tais políticas econômicas, e também possuem capacidade de mudar planos e criar novos debates.

O setor que envolve disputas quanto a ameaças à ecossistemas, poluição, aquecimento global é definido pelo Ambiental. Nesse setor se trata de temas de segurança que envolvem questões ainda não resolvidas de natureza ambiental. De acordo com Buzan et al (1998,p.74)<sup>39</sup> “o setor ambiental é complicado pela sua grande variedade de questões”. No entanto, a questão que envolve é mesmo que suas denominações sejam claras, ocorrem problemas quanto a sua abrangência. Mesmo assim é possível traçar uma base conceitual que englobe suas especificidades e dinâmicas de conflito, como: Perturbação do ecossistema, problemas energéticos, problemas populacionais, conflito civil. Embora esses sejam temas da agenda de segurança ambiental, o tema mais comumente associado a esse setor é o que se refere à perturbação do ecossistema. Nessa agenda, se encontram disputas quanto a emissões de CO<sub>2</sub>, Aquecimento global e extinção de espécies.

---

<sup>39</sup> The environmental sector is made complicated by its great variety of issues.

Por fim, o setor Político envolve a segurança e a estabilidade do Estado. Nessa circunstância, diferente do militar, o processo segue em busca do controle da soberania mediante inimigos não militares. A pauta do setor político segue na estabilização das instituições. Como define Tanno (2003,p.64)

Ameaças políticas podem ser classificadas como estruturais e intencionais. Estas são verificadas na recusa de um país em reconhecer a legitimidade de um Estado/governo estrangeiro ou na rejeição do governo por um grupo doméstico; aquelas derivam de contradições entre os princípios organizacionais dos Estados. Ameaças estruturais originam-se, portanto, de conflitos entre princípios como liberalismo, comunismo, capitalismo, autodeterminação, democracia etc.

Entre os atores *securitizantes* podemos citar os próprios agentes do governo, como: mídia, movimentos sociais, população. Também cabe à esse papel organizações internacionais como OEA (Organização dos Estados Americanos) e ONU, por exemplo.

Dentro do contexto que envolve o trabalho, o setor que mais se aproxima do tema sobre terrorismo sem dúvida passa a ser o setor Militar. Na pesquisa apresentada, o trabalho envolve a busca por elementos que identifiquem um processo de securitização nas ações de segurança em aeroportos. A ideia de se evitar novos atentados como ocorrido em 11 de setembro entra no conceito de securitização militar, pois a busca por medidas a fim de se criar mais estabilidade ao Estado (contra um inimigo potencialmente perigoso e disposto a abalar as estruturas tanto políticas, econômicas e sociais) compreende o objetivo expresso por este setor.

## **CAPITULO 2**

O capítulo trata sobre as mudanças ocorridas nas leis que regem a aviação no Brasil. O incremento do tráfego aéreo no início dos anos 2000 confirmam o aspecto modernizante ao qual o país sofreu para se adequar a novas regras que garantissem maior coordenação juntamente com órgãos internacionais. No entanto tais mudanças não ficaram constituídas apenas a aspectos técnicos, mas também a área da segurança contra ameaças terroristas, que por sua vez está representada pelo Decreto Lei nº 7.168/10.

### **AEROPORTO E LEIS**

#### **2.1 SECURITIZAÇÃO EM AEROPORTOS: NORMATIVAS E CONCEITOS**

O processo de securitização antiterrorista se constitui em medidas a fim de tornar o país, região, ou qualquer outra área territorial segura de ameaças. A identificação por aeroportos como destaque para o trabalho está associado à uniformidade que este possui em todos os países. A escolha se baseia na identificação que os países têm em determinar primeiramente as medidas de segurança nesse espaço do que em outros pontos. Pois se entende que um dos aspectos do novo terrorismo está na configuração de ameaças transnacionais para atos ilícitos, onde até mesmo pequenos grupos rebeldes podem realizar atos em todo mundo. Outro motivo sobre a escolha dos aeroportos no processo de securitização está no fato dos atentados do 11 de setembro terem ocorrido em aviões comerciais, onde terroristas portando canivetes como armas, tomaram o controle dos aviões a fim de realizarem os atos terroristas.

Portanto, a pesquisa se concentra basicamente nas mudanças ocorridas na organização dos aeroportos do país e na configuração das leis de segurança na aviação emitidas pelos órgãos responsáveis.

### 2.1.1 A AVIAÇÃO CIVIL NO BRASIL

Desde 1931, regulamentado pelo decreto nº 19.90211, havia o Departamento de Aviação Civil (DAC) que era o órgão central do Sistema da Aviação Civil (SAC). A função do DAC era estruturar as atividades da aviação civil no país<sup>40</sup>. Já o objetivo do SAC, correspondia à fiscalização e a regulamentação do DAC.

Nos primeiros anos da década de 1940, criou-se o Departamento do controle do Espaço Aéreo (DECEA) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Portuária(INFRAERO)<sup>41</sup>. Provocados por “desequilíbrios financeiros na década de 1950, houve uma onda de fusões e de falências. Na década de 1960, foi instaurada uma crise no setor, devido à forte crise econômica.”(LEURQUIN,2013,p.25). Então, diante desse cenário, o Estado passou a regular o segmento (OLIVEIRA, 2009,p.82 apud LEURQUIN 2013,p.25). No período militar (1964-85) foi criado o chamado Sistema Integrado de Aviação Civil (SITAR), que de acordo com Leurquin(2013,p.26) o sistema era composto por uma espécie de divisão regional e nacional onde haviam “cinco empresas regionais e quatro nacionais”, no entanto “as empresas não concorriam entre si, pois o Brasil havia sido dividido em cinco regiões e cada uma das empresas ficou responsável por uma das regiões”. Com o término do período militar o governo passou a perder a importância no processo de regulação do setor. Nos anos 90 ocorre uma maior liberalização, como argumenta (LEURQUIN,2013,p.27), o setor passa a seguir, uma “trajetória similar aos “pacotes” de liberalização européia”.

---

<sup>40</sup> O Departamento de Aviação Civil, órgão central do SAC, que o regulamentava e fiscalizava, inicialmente chamado de Departamento de Aeronáutica Civil (DAC), foi instituído no dia 22/04/1931, pelo Decreto n. 19.90211, para estudar, orientar, planejar, controlar, incentivar e apoiar as atividades da Aviação Civil pública e privada. Ver:AEROTD..., 2011, p.16. Disponível em:<<http://www.aerotd.com.br/decoleseufuturo/wp-content/uploads/2015/05/REGULAMENTA%C3%87%C3%83O-DA-AVIA%C3%87%C3%83O-CIVIL.pdf>> Último acesso 06 de outubro de 2017.

<sup>41</sup> Também foram criados outros órgãos a fim de organizar o sistema de aviação como a Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI); Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA); Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI); e Centro Técnico de Aviação (CTA).

Em 1999, foi criado no governo Fernando Henrique, o Ministério da defesa<sup>42</sup>, que passou a administrar a aviação civil e militar, então, a partir disso, o MAER (Ministério da Aeronáutica) e outros ministérios foram integrados ao Ministério da defesa. O DAC passou para o comando da aeronáutica, que passou a administrar os setores da aviação civil e militar. Dessa forma, toda a administração referente à aviação (tanto civil quanto militar), passou a ser comandada pelos militares.<sup>43</sup>

Isso se deu até 2004 com a LC nº 177/2004<sup>44</sup>, onde ocorre uma mudança com vista de desmilitarizar o sistema estabelecido. Após o 11 de setembro<sup>45</sup> a OACI realizou uma reunião e emitiu regras para segurança em aeroportos. O Brasil como membro da organização desde 1944<sup>46</sup>, recebeu o pedido e realizou mudanças nos sistemas de aviação civil<sup>47</sup>.

Em 2005 foi promulgada a criação da ANAC<sup>48</sup> (Agência Nacional de Aviação Civil) que ficaria responsável pelas diretrizes e regulamentos da aviação no país. Em funcionamento apenas em 2006, a ANAC atribuiu algumas funções do COMAER (Comando da Aeronáutica), como diretrizes e orientação

---

<sup>42</sup>BRASIL.Lei Complementar (LC) nº 97/199913. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm)> Último acesso 18 de setembro de 2017

<sup>43</sup> O quadro pessoal do DAC era constituído por militares da aeronáutica e por civis e faziam parte dele o Instituto de Aviação Civil (IAC), a Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), os sete Serviços Regionais de Aviação Civil (SERAC's) com sede em várias capitais do país e os SAC's, que eram postos de serviços localizados nos principais aeroportos do país. Regulamentação da aviação civil. AEROTD...,2011,p.17

<sup>44</sup>BRASIL. Lei complementar nº 117/2004. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp177.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp177.htm)> Último acesso 18 de outubro de 2017

<sup>45</sup> A Organização de Aviação Civil Internacional – OACI, na 12ª Sessão de seu 177º período de sessões, celebrada em 14 de março de 2006, atendendo à recomendação 2/1 da 11ª Conferência de Navegação Aérea, ocorrida em outubro de 2003, e às medidas complementares emitidas após o 35º período de sessões da Assembléia da OACI, em outubro de 2004, adotou emendas aos Anexos 6, 11 e 14 à Convenção sobre Aviação Civil Internacional – CACI, sob a justificativa de harmonizar os requisitos de gerenciamento de segurança operacional. Programa brasileiro para segurança operacional da aviação civil. PSO-BR.

<sup>46</sup> BRASIL. Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946.

<sup>47</sup> De acordo com Cunha (2009,p.52) “das doze principais convenções no âmbito das Nações Unidas, das quais nove já foram internalizadas e ratificadas. No âmbito hemisférico, o Brasil é signatário das três convenções da Organização dos Estados Americanos (OEA) relacionadas ao terrorismo.” CUNHA, Ciro L.Terrorismo internacional e a política externa brasileira após o 11 de setembro. Dissertação (Mestrado) Instituto Rio Branco. 2005

<sup>48</sup> Ver:Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) 10 anos . Brasília. ANAC. 2016. p. 29. Disponível em: <<http://www.anac.gov.br/livroanac10anos.pdf>> ultimo acesso 18 de setembro de 2017

do tráfego e controle das atividades. A ANAC foi criada no sentido de dar mais “independência administrativa” e “autonomia financeira”, e evitar a “subordinação hierárquica”<sup>49</sup>. A criação da ANAC trouxe vantagens com vista de dar ao órgão maior capacidade de gerenciar os vôos comerciais no país que estavam crescendo naquele momento, provocados pelo “superávit comerciais apresentados a partir de 2003”(CUNHA e CUSTÓDIO,2011,p.85). A supervisão, no entanto, continuaria sendo dividida com a COMAER, que tornava-se apenas responsável pela aviação militar.

A OACI<sup>50</sup> é o órgão pertencente as Nações Unidas, criado em 1947, e responsável pela formulação das leis e práticas da aviação civil internacional. Sua função é “otimizar o *safety* e o *security* no progresso contínuo do tráfego aéreo no mundo todo”<sup>51</sup>. Na OACI, estão contidas normas e resoluções com o intuito de atualizar e padronizar as regras de tráfego aéreo<sup>52</sup>. Essas resoluções estão inseridas em anexos divididos por tamanho de abrangência. De acordo com Arcúrio (2014,p.5) “estes manuais fornecem informações e orientações que podem ser necessárias para o correto cumprimento das obrigações dos países signatários, obrigações estas constantes nos Anexos emitidos pela OACI.” Esses anexos são conhecidos pela sigla inglesa *SARP’s*, que significa “Normas e métodos recomendados”. Os *SARP’s* são complementados pelos *PANS* (Procedimentos de voos) e os *SUPP’s* (Procedimentos complementares), que são responsáveis pelas aplicações de normas mundiais e regionais, respectivamente<sup>53</sup>.

---

<sup>49</sup> A ANAC de acordo com sua Lei de Criação foi constituída como autarquia especial, caracterizada por independência administrativa, autonomia financeira, ausência de subordinação hierárquica e mandato fixo de seus dirigentes, que atuam em regime de colegiado. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) 10 anos . Brasília. ANAC. 2016. p. 30. Disponível em: <<http://www.anac.gov.br/livroanac10anos.pdf>> ultimo acesso 18 de setembro de 2017

<sup>50</sup> Ver sobre a OACI: The ICAO Journal Volume 62, Number 4, 2007. Disponível em:<[https://www.icao.int/environmental-rotection/Documents/Publications/6204\\_en.pdf](https://www.icao.int/environmental-rotection/Documents/Publications/6204_en.pdf)>.Último acesso de setembro de 2017.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> As diretrizes da OACI estão presentes em anexos da The Convention on International Civil Aviation Annexes 1 to 18. International Civil Aviation Organization. Disponível em :<[https://www.icao.int/Documents/annexes\\_booklet.pdf](https://www.icao.int/Documents/annexes_booklet.pdf)>ultimo acesso 18 de setembro de 2017.

<sup>53</sup> Ver:AEROTD...,2011,p.11. Disponível em <<http://www.aerotd.com.br/decoleseufuturo/wp-content/uploads/2015/05/REGULAMENTA%C3%87%C3%83O-DA-AVIA%C3%87%C3%83O-CIVIL.pdf>> Último acesso 06 de outubro de 2017.

## 2.1.2 MODERNIZAÇÃO DA AVIAÇÃO NO BRASIL

Após os atentados de 11 de setembro a DAC e a Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), estabeleceram mudanças nos procedimentos de embarque. Entre elas foi extinto o *check-in* remoto que era feito anteriormente. Também foi adotada a vistoria obrigatória de todas as bagagens, inclusive pequenas, abaixo de 5 quilos<sup>54</sup>.

A OACI em junho de 2002<sup>55</sup> revisa o anexo 17 da *USAP* (Programa Universal de Auditoria em segurança da Aviação Civil) e promove mudanças mais rígidas na segurança de aeroportos. Tais procedimentos devem ser aplicados aos países membros da organização. Em 2005 a OACI notifica os países membros a lançarem passaportes padronizados. Atualmente o *Public Key Directory*(PKD) é o passaporte padrão em vários países e também no Brasil .

No ano de 2006, o OACI lançou a primeira edição do *Safety Management Manual* (SMM), que trata da implantação de segurança operacional aérea. No mesmo ano é lançado o PSO, Programa Brasileiro de Segurança Operacional<sup>56</sup>. Este programa tem como objetivo determinar as estratégias para as diretrizes de segurança para ANAC e o COMAER.<sup>57</sup> O programa determina diretrizes de segurança em aviões e aeroportos do país.

---

<sup>54</sup> Ver: Novos equipamentos e treinamento específicos são implantados para coibir práticas criminosas. Disponível em: <<http://www.sandracunha.com.br/materias/4-geral/7-seguranca-nos-aeroportos-brasileiros-e-intensificada.pdf>> último acesso 18 de setembro de 2017

<sup>55</sup> O Documento 8973 pertencente ao Manual de segurança para proteção de aviação civil contra atos de interferência ilícita, elaborado pela OACI em 2002 dá orientações de como aplicar as medidas de segurança e recomendações previstas no Anexo 17-OACI. PENHA, Gabriela C. Análise risco de ocorrência de atos ilícitos em aeroportos brasileiros. Monografia de especialização. Centro de formação de recursos humanos em transportes Universidade de Brasília. 2008.p.22

<sup>56</sup> Ver: PSO-BR. Disponível em: <<http://www.up.edu.br/CmsPositivo/uploads/imagens/file/PSO-BR.pdf>> Último acesso em 28 de abril de 2017

<sup>57</sup> A Organização de Aviação Civil Internacional – OACI, na 12ª Sessão de seu 177º período de sessões, celebrada em 14 de março de 2006, atendendo à recomendação 2/1 da 11ª Conferência de Navegação Aérea, ocorrida em outubro de 2003, e às medidas complementares emitidas após o 35º período de sessões da Assembléia da OACI, em outubro de 2004, adotou emendas aos Anexos 6, 11 e 14 à Convenção sobre Aviação Civil Internacional – CACI, sob a justificativa de harmonizar os requisitos de gerenciamento de segurança operacional. Programa brasileiro para segurança operacional da aviação civil PSO-BR.

Recomendações que estavam sendo aplicadas em vários países agora passariam a ser adotadas no Brasil.

No capítulo I<sup>58</sup> sobre o Programa de Segurança Operacional estabelecido pela ANAC e COMAER, verifica-se o compromisso brasileiro assumido em relação as diretrizes de segurança internacional. No parágrafo seguinte<sup>59</sup> se estabelece a aplicação do PSOE (Programas de Segurança Operacional Específico) a serem implantados pelas agências regionais.

No artigo 7º, entretanto, a definição da norma de segurança operacional é mais direta em relação à natureza da segurança

Art. 7º O indicador adotado para avaliação do PSO-BR, é a taxa anual de acidentes aeronáuticos que envolvem mortes de passageiros em operações regulares, por 100.000 (cem mil) decolagens, envolvendo aeronaves de asa fixa com massa máxima de decolagem certificada igual ou superior a 2.250 (dois mil duzentos e cinquenta) quilogramas, **excluindo atos de interferência ilícita**.<sup>60</sup>

O fato de excluir atos de interferência ilícita abre um ponto a ser elencado a respeito de duas denominações utilizadas dentro da nomenclatura da segurança aérea. Assim, para melhor compreensão dessa abordagem sistêmica, define-se dois conceitos de segurança presentes na aviação civil, o *Security* e o *Safety*.

### 2.1.3 SAFETY E SECURITY

Tendo em vista a configuração distinta dessas duas expressões se faz necessário explicar seus conceitos, que a princípio parecem tratar-se de ações semelhantes, mas que no entanto, apresentam uma natureza bastante variada.

---

<sup>58</sup> Ver: PSO-BR. <<http://www.up.edu.br/CmsPositivo/uploads/imagens/file/PSO-BR.pdf>> Último acesso em 28 de abril de 2017.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Ibidem. Grifo nosso

O *safety* de acordo com o dicionário *Oxford* (2010), representa a condição de estar “seguro; livre de perigo ou riscos.” Onde se busca “designar qualquer um dos vários dispositivos para evitar lesões por máquinas e designando itens de vestuário de proteção (capacete de segurança).”<sup>61</sup> O conceito, portanto, abrange a livre condição de estar longe de acidentes por operação de máquinas e dispositivos.

Na aviação, a expressão *safety*, quer dizer segurança em voo. Ela é nominalmente relacionada a parte que busca o melhor da seguridade na aviação, pois cuida para que a condição de voo dos pilotos esteja em perfeita ordem, como equipamentos em dia, mecânica dos aviões em condições, treinamento dos pilotos, em suma, ele dita o melhor para que haja um tráfego aéreo mais seguro. Os agentes encarregados do *safety* atuam no sentido de evitar acidentes, e se houver, procuram por suas causas sejam elas mecânicas ou humanas (não intencionais).

Portanto, o *safety*, define as condições apropriadas para uma maior segurança nos voos onde ele se coloca com a condição de estar protegido ou suscetível a risco ou lesão, dentro das especificidades do transporte aéreo. De acordo com o DOC 9859 (2013,apud ARCÚRIO,p.31), o *safety*

é o estado ou condição em que a possibilidade de danos às pessoas ou danos materiais é reduzido e mantido, em ou abaixo de um nível aceitável, por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento de riscos.

Entretanto, o *security*, termo que também significa segurança, relaciona atividades mais distintas em relação ao tráfego aéreo. O *security* preocupa-se com atividades de interferência ilícita, seja por parte de pilotos, passageiros, ou qualquer outro elemento relacionado ao tráfego aéreo. No *security*, exige a proteção dos indivíduos a qualquer ato malicioso que possa ser realizado em

---

<sup>61</sup> 1. The condition of being safe; freedom from danger or risks. 2 (attrib.) a designating any of various devices for preventing injury from machinery (safety bar; safety lock). b designating items of protective clothing (safety helmet). Oxford advanced learner’s dictionary 8th edition. 2010

um avião, ou aeroporto. Em síntese, o *security* representa a condição de estar livre de perigo ou ameaça de natureza intencional. De acordo com a definição do Anexo 17 (2011,p.28,apud ARCÚRIO,p.31), “*security* é a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, cujo objetivo é alcançado por meio da combinação de medidas, de recursos humanos e de materiais.”

Ela se diferencia do conceito de *safety* no sentido da ameaça, pois nesse enfoque existe uma preocupação com um dano de forma não intencional ou decorrente de fenômenos da natureza, seja ele oriundo de falha mecânica ou falha humana. De acordo com o dicionário *Oxford* (2011), *security* é uma “condição ou sensação segura; uma coisa que protege ou garante; a segurança de um Estado, empresa, etc., contra espionagem, roubo ou outro perigo.”<sup>62</sup> A diferença do *security* é a garantia de proteção. Enquanto o primeiro está mais relacionado a empresas e a segurança de empregados, e usuários, o segundo possui enfoque mais diverso, abrangendo pessoas sob ameaça externa.

O conceito de *security*, em termos de aviação, de acordo com Arcúrio (2014,p.31) “está na prevenção de um possível dano advindo do desejo ou intenção de uma pessoa ou uma organização cometer um ato de interferência ilícita.” Dessa maneira, se conclui que grupos terroristas são parte das atividades relacionadas ao *security*.

#### **2.1.4 SURGE O AVSEC**

Para dar mais salvaguarda ao *security*, a OACI estabelece medidas que abrangem atos criminosos que acontecem em voos. Diante disso, surge então, a AVSEC<sup>63</sup>(*Aviation Security*) que visa a aderência dos países membros na padronização de regras contra atos ilícitos. Em síntese, a AVSEC elabora o controle e cria disposições acerca de tudo que envolve o *security*. Tal medida

---

<sup>62</sup> 1. a secure condition or feeling. 2. a thing that guards or guarantees. 3. a the safety of a State, company, etc., against espionage, theft, or other danger. Oxford advanced learner's dictionary 8th edition. 2010

<sup>63</sup> Programa de segurança da aviação civil pertencente à OACI.

visa à observação das atividades ilegais que escapam do escopo normalmente atribuído à segurança do tráfego aéreo. Também observa-se que o AVSEC torna mais difícil ações de cunho terrorista. De acordo com Arcúrio (2014,p.33) a AVSEC promove maior segurança e

estabelece mecanismos de defesa que tem a finalidade de prevenir e dissuadir pessoas mal intencionadas de transportar consigo, para as aeronaves e para as áreas regulamentadas (consideradas área restrita de segurança, área de acesso controlado ou área estéril), materiais e substâncias que possam colocar em risco segurança da aviação civil e o transporte aéreo. Dessa forma, observa-se que a AVSEC tem por objetivo a salvaguarda e a proteção das pessoas e bens, de forma permanente, prevenindo e combatendo os atos de interferência ilícita.

### 2.1.5 SURGE A PNAVSEC

As definições acerca dos atos de interferência ilícita, no caso brasileiro somente foram estabelecidas em 2010, com o Decreto nº 7.168 de 5 de maio<sup>64</sup>. Dessa maneira surge o PNAVSEC(Programa Nacional de Aviação Civil contra atos de Interferência Ilícita) o decreto dispõe sobre as medidas de segurança em aeroportos do país, tais como encontradas no anexo 17 da OACI.

Conforme o Art. 238º do decreto 7.168/10, a ANAC é responsável pela coordenação da aplicação dos cursos de especialização em segurança, como o PNAVSEC(Programa Nacional de Instrução de Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita);que visa a formação de instrutores de segurança. Embora o Brasil não esteja na rota de países comumente relacionados a atentados terroristas, a capacidade do nível de ameaças cresce à medida que o país apresenta-se com um alto fluxo de tráfego aéreo<sup>65</sup>.

<sup>64</sup> BRASIL.Decreto nº 7.168, de 5 de Maio de 2010.Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7168.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7168.htm)>.Último acesso 18 de setembro de 2017.

<sup>65</sup>De acordo com dados do IPEA, o Brasil tornou-se um dos países emergentes com maior potencial de desenvolvimento do transporte aéreo, em virtude de uma conjugação favorável de fatores dadas suas: *i)* dimensão continental do território; *ii)* alta mobilidade geográfica e social da sua população; *iii)* acelerado deslocamento das fronteiras econômicas; *iv)* inserção competitiva nos mercados globais em vasta gama de bens e serviços; e *v)* estabilidade monetária no longo prazo e o conseqüente aumento persistente do poder aquisitivo dos consumidores. IPEA. Panorama e Perspectivas para o transporte aéreo no Brasil e no Mundo. Série eixos do desenvolvimento, n. 54. Brasília: Ipea, 2010.

Como membro da OACI, o Brasil deve seguir voluntariamente algumas medidas delimitadas pela organização. Como disposto no inciso XIII do Art. 7<sup>o</sup><sup>66</sup> sobre as responsabilidades da ANAC. Também vale ressaltar o comando integrado que o país deve ter em conjunto com os membros do OACI. Os artigos 26<sup>o</sup> e 28<sup>o</sup><sup>67</sup> estabelecem essa medida em relação com outros países.

Cabe destacar, entretanto, no inciso XXXII do art. 4<sup>o</sup> do PNAVSEC sobre a natureza dos atos considerados ilícitos, e que estão dispostos no decreto n<sup>o</sup> 7.168/10.

XXXII - ato de interferência ilícita contra a aviação civil: ato ou atentado que coloca em risco a segurança da aviação civil e o transporte aéreo, a saber:

- a) apoderamento ilícito de aeronave em voo;
- b) apoderamento ilícito de aeronave no solo;
- c) manutenção de refém a bordo de aeronaves ou nos aeródromos;
- d) invasão de aeronave, de aeroporto ou das dependências de instalação aeronáutica;
- e) introdução de arma, artefato ou material perigoso, com intenções criminosas, a bordo de aeronave ou em um aeroporto;
- f) comunicação de informação falsa que coloque em risco a segurança de aeronave em voo ou no solo, dos passageiros, tripulação, pessoal de terra ou público em geral, no aeroporto ou nas dependências de instalação de navegação aérea; e
- g) ataque a aeronaves utilizando Sistema Antiaéreo Portátil.

No inciso XXXII, portanto, se verifica a abrangência das incursões extralegais no qual o PNAVSEC observa. Ao analisar o disposto acima, percebe-se que se trata de um mecanismo que busca atender ações que tenham um caráter terrorista. Embora não haja menção à própria palavra "terrorismo", o inciso situa o caráter antiterrorista em suas próprias denominações.

Dessa maneira, se constitui no Brasil um documento que formaliza a securitização antiterrorista em aeroportos. Embora exista uma diferença entre decretos formalizados e atividades plenas, o documento exemplifica uma

---

<sup>66</sup> Ver: BRASIL.Decreto n<sup>o</sup> 7.168, de 5 de Maio de 2010.Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7168.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7168.htm)>.Ultimo acesso em 18 de setembro de 2017.

<sup>67</sup> Idem

mudança na configuração no processo de securitização da agenda antiterrorista no Brasil.

Entretanto, diante das mudanças em relação ao processo de segurança em aeroportos do país, o mesmo não se verificou de maneira concomitante na legislação penal. Alguns juristas argumentam que o país apresenta uma dificuldade em tipificar o terrorismo. Onde até o ano de 2016<sup>68</sup> ele se enquadrava na lei de segurança nacional nº. 7.170/83 e era “equiparada aos crimes hediondos” (SANTOS,2013, p.36). Lasmar(2014) e Souza(2009) pensam sobre essa dificuldade e argumentam que isso pode ser resultados de inúmeros fatores, entre eles o temor que uma legislação poderia colocar país como rota de ataques terroristas, e também existe o temor de não mostrar certo alinhamento com a Guerra ao terror, promovida pelo governo dos Estados Unidos; também poderia ser pelo fato do país ser pacífico e as ameaças serem tão poucas que não há necessidade para tal dispositivo de segurança.

No entanto se estabelece uma consideração a respeito do decreto nº 7.168/10 que tipifica atos de interferência ilícita. O decreto formaliza uma ação do Brasil no sentido de tomar medidas contra atos terroristas em aviões. Como pontua Arcúrio (2014,p.33) “que a implementação da AVSEC requer o emprego de medidas preventivas de segurança, as quais buscam criar uma barreira física ou psicológica frente a uma possível ameaça.” Tal medida configura uma mudança no sentido de adequar-se ao processo *securitizante* ocorrido no mundo. Portanto, por meio da lei nº 7.168/10 e das mudanças ocorridas nos aeroportos do país, conclui-se um processo iniciado na década passada, e que teve como principal evento gerador os ataques terroristas do 11 de setembro<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> E mesmo com a Lei nº13.260/2016 , ainda é motivo de debate, pois ela não apresenta a mesma importância que outras legislações redigidas em outros países.

<sup>69</sup> Embora possa haver um argumento a favor de que esses processos surgiram em concomitância a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo em 2007, e das Olimpíadas em 2009, no entanto o processo de securitização nos aeroportos como verificado, começa muito antes da escolha do país como sede desses eventos. Onde se percebe que as mudanças na segurança(*security*) começam em 2002.

## **CAPITULO 3**

O capítulo a seguir trata sobre participação dos atores políticos e sociais no processo de securitização em aeroportos. A análise feita por meio daquilo que Buzan et al (1998) entende como ato do discurso (*speech act*) onde o ator em questão emite sua opinião ao público com a finalidade de convencê-los de sua reivindicação e colocar o tema na agenda de segurança.

### **O DISCURSO**

#### **3.1 ANÁLISE DO DISCURSO**

Em relação ao processo de securitização no Brasil cabe ao trabalho esclarecer pontos a respeito dos atores que formam a estrutura do conceito e a diferença de atuação entre Estados Unidos e Brasil. A análise feita observa-se a participação de atores, bem como suas funcionalidades. No país, observa-se que as medidas tomadas com a finalidade de se criar mais segurança em aeroportos foi posta com vista a seguir orientações internacionais. Nos Estados Unidos, porém, como veremos a seguir, apresenta uma linha que entende a mensagem do processo *securitizante* dentro da ameaça interna, e a partir disso cria-se o ato do discurso formalizando assim suas ações.

##### **3.1.1 ATORES**

No que se refere ao significado da expressão *atores securitizantes*, Buzan et al (1998) explica que possuem a função de “chamar atenção”, por meio da “estrutura retórica”, sobre o assunto ao qual quer a necessidade de medidas segurança. Mas para quem esses atores querem a tomada de medidas? Essas medidas são tomadas para o chamado *objeto referente* que são aquilo que os atores buscam proteger. Na maioria dos casos o *objeto referente* é o Estado que pode ser representado diante uma ameaça societal em defesa dos seus costumes e modos. Mas também pode ser representado pela comunidade global diante de uma ameaça ao ecossistema (setor ambiental).

A definição se torna mais ampla se analisarmos sistemas democráticos onde Buzan et al (1998,p.55,trad. nossa)<sup>70</sup> salienta a existência de “muitas vozes, incluindo grupos de pressão e intelectuais de defesa, se engajarão no discurso da securitização”. Os *atores securitizantes*, portanto, executam o chamado *ato do discurso*<sup>71</sup>, e a partir desse instante, o assunto (discurso) deverá chegar ao objeto referente. Mas a questão é: quem são os atores? Buzan não deixa muito claro sobre essa questão, pois como já explicitado, em sociedades mesmo democráticas os regimes não se encontram em uma mesma igualdade de condições. Buzan et al (1998,40,trad. nossa) no entanto, explicita alguns como “líderes políticos, burocracias, governos, lobistas e grupos de pressão”,<sup>72</sup> ou seja, aqueles que tem geralmente mais condições de tornar o *ato do discurso* mais relevante em diversos sistemas políticos.

### 3.1.2 ANTITERRORISMO NOS EUA E SEUS ATORES

O evento ocorrido em 11 de setembro de 2001 foi único em tempos modernos. Um atentado terrorista gravado em vídeo e mostrado ao vivo repercutiu com maior intensidade do que todos os outros já ocorridos anteriormente. Atentados como o ataque ao metrô de Tóquio, ou a ação do Setembro negro nas olimpíadas de 1972, foram tragédias que tornaram em discussão sobre a dimensão do terrorismo. No entanto, esses eventos não foram tão emblemáticos quanto o 11 de setembro. A diferença dos atentados em Nova York para os outros é estritamente em relação ao deslocamento da

---

<sup>70</sup> One cannot assume, however, that the state is always coherent. In democracies, many voices, including pressure groups and defense intellectuals, will engage in the discourse of securitization.

<sup>71</sup> Buzan et al(1998) também destaca a ação dos chamados atores funcionais, que de acordo com ele são "atores que afetam a dinâmica de um setor. Sem serem o objeto referente ou o ator que demanda segurança em favor do objeto referente, eles podem influenciar de forma significativa as decisões na área de segurança". Entre esses atores, podemos citar a indústria de armas.

<sup>72</sup> A securitizing actor is someone , or a group, who performs the security speech act. Common players in this role are political leaders, bureaucracies, governments, lobbyists, and pressure groups. These actors are not usually the reference objects for security, because only rarely can they speak security through reference to the need to defend their own survival.

geopolítica. Embora outras ameaças ainda aflijam a humanidade, o 11 de setembro trouxe muito mais variantes<sup>73</sup> que os atentados já citados.

Enquanto os ataques ao metrô de Tóquio alertavam sobre os perigos de armas químicas em mãos de terroristas, o 11 de setembro trouxe o perigo do sequestro de aviões com a finalidade de realizar atos terroristas. Nesse processo, os Estados Unidos foram sem dúvida os primeiros a tomar medidas para controlar novas ações, e tal medida contou com a participação de alguns atores sociais e políticos.

Enquanto o poder executivo e os militares ainda faziam cálculos acerca das ações a serem tomadas diante da tragédia, um dos primeiros atores a agir em relação ao ocorrido foi a imprensa. Nas capas dos jornais a tônica não poderia ser diferente. O destaque ao orgulho americano ferido e ao futuro incerto. Jornais como o *The Wall street Journal*, *Los Angeles times*, *The Washington Post*<sup>74</sup> apresentavam os ataques como obra terrorista, mesmo ainda não havendo a confirmação do responsável. O jornal *Diamondback* anunciava "o terror golpeando o país."<sup>75</sup> O jornal *The examiner* preferiu demonstrar com um xingamento<sup>76</sup>, sua reação frente ao ato. Sem dúvida os jornais e outros meios de comunicação tiveram sua importância no engajamento da população em apoiar as medidas do governo. Em 2001 cerca de 90% americanos aprovavam uma incursão no exterior, a fim de combater o terrorismo<sup>77</sup>. Em sociedades democráticas o poder da opinião pública exerce grande influência nas decisões. De acordo com Jordan et al (1998,p.116)<sup>78</sup> a

---

<sup>73</sup> Promoveu a força de grupos rebeldes com capacidade de um ataque potencialmente destruidor.

<sup>74</sup> Ver:MOREIRA, José D.11 de setembro de 2001: Construção de uma catástrofe nas primeiras páginas de jornais impressos.Dissertação de Mestrado.PUC.2004

<sup>75</sup> Idem

<sup>76</sup> Na edição especial a capa mostrava as torres incendiando e a frase "Bastards!" logo acima.

<sup>77</sup> Em pesquisa do jornal *The Washington post* e da Tv *ABC news*, 90% da população dos EUA,acreditam que o país deve agir militarmente contra grupos ou nações que apóiam atos terroristas, mesmo podendo haver baixas entre militares do país e enfrentando um conflito de anos. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2209200103.htm>> Último acesso em 21 de abril de 2017.

<sup>78</sup> Effective presidential leadership can tolerate short-term reverses in public acceptance, but, over time, a president must have a favorable popular consensus behind his policies. The demise of LBJ's "Great Society" under the burden of the Vietnam War's unpopularity, the resignation of President Nixon in the wake of Watergate, and the weakened ability of Ronald Reagan to set budget priorities and establish trade policies after the Iran-Contra scandal surfaced offer three striking examples of this phenomenon.

opinião pública tem o poder de pressionar o presidente dos Estados Unidos em suas decisões, e segundo ele

Uma liderança presidencial eficaz pode tolerar reversões à curto prazo na aceitação pública, mas, ao longo do tempo, um presidente deve ter um consenso popular favorável por trás de suas políticas. A morte da "Grande Sociedade" sob o peso da impopularidade da Guerra do Vietnã, a renúncia do presidente Nixon na esteira de Watergate e a fraca capacidade de Ronald Reagan para definir prioridades orçamentárias e estabelecer políticas comerciais depois do escândalo do Irã oferecem três exemplos marcantes deste fenômeno.

Outra parte do processo de securitização se deu através dos órgãos de segurança do país. São eles geralmente que tomam as primeiras ações diante do fato novo. Somente para exemplificar, nos Estados Unidos existe a separação de assuntos de segurança. Ele está dividido em departamentos. O primeiro deles (não necessariamente em ordem de importância) é o Departamento de defesa, cuja função é coordenar as outras forças (Naval, Militar e Aérea). Ele é o braço principal do presidente na execução da política de defesa nacional. Geralmente as decisões são tomadas juntamente com os chamado *Joint Chiefs*, que são generais militares, responsáveis pelo aconselhamento ao presidente. E depois disso, existe o Departamento de Estado, que se encarrega das relações exteriores. Sua função de acordo com Jordan et al(1998,p.105,trad. nossa)<sup>79</sup> é "representar os Estados Unidos e os seus cidadãos nas relações com outros países e também de aconselhar o presidente em assuntos externos".

Em momentos onde a soberania do Estado está sob ameaça, os poderes se unem e formam o *National Security Council*, onde decisões e planos serão postos em ação.<sup>80</sup> Em diversas ocasiões como a crise dos mísseis em Cuba, a guerra do Golfo e a mais recente, o pós 11 de setembro, os Estados Unidos tomaram medidas para contornar o problema por meio de decisões tomadas em conjunto com esses poderes. As decisões sobre a segurança do país

---

<sup>79</sup> The department performs two basic functions: it represents the interests of the United States and its citizens in relations with foreign countries, and it serves as a principal sources of advice to the president on all aspects of foreign affairs – including national security policy.

<sup>80</sup> Ver: JORDAN, Amos A;MAZAAR, Michael J;TAYLOR, William J. American National security. The John Hopkins University press.1998,p.100.

passam exclusivamente, portanto, por estes poderes.<sup>81</sup> No topo, porém, está o presidente que tomará a decisão final, com base nas reuniões feitas com os secretários de Defesa e de Estado, juntamente com os *Join Chiefs*.

A Guerra contra o Terror foi uma dessas decisões tomadas em conjunto. O discurso do presidente Bush ao anunciar a operação de invasão ao Afeganistão estava alinhada ao do secretário de Estado, Colin Powell e seu vice, Paul Wolfowitz<sup>82</sup>. Em discurso<sup>83</sup> Bush afirma que usará todos os recursos a disposição para derrotar a “rede mundial de terrorismo”. A consciência de Bush ao afirmar sobre a rede mundial denota o acordo estabelecido com o secretário de Estado e seu vice.

Sobre o discurso de combater o Terrorismo por meio políticas de imigração, o governo dos Estados Unidos ainda cria um discurso *securizante* em torno da segurança nacional, veiculada aos inimigos externos, que precisamente podem residir em território norte-americano<sup>84</sup>. Dessa maneira, empreende-se uma política de segurança baseada na análise e checagem sobre os cidadãos de origem muçulmana a fim de evitar possíveis atentados no próprio território. Bush praticamente cria um discurso a fim de legitimar suas medidas de segurança antiterroristas.<sup>85</sup> Mais tarde, ele alegaria que Saddam

---

<sup>81</sup> Embora Congresso tenha a importância de decidir sobre deliberações, o processo a cerca da defesa Nacional fica sob responsabilidade quase que exclusiva desses poderes.

<sup>82</sup> Ambos já imaginavam que deveria ser feita não apenas uma incursão no Oriente Média para atacar os Terroristas, mas também ação contra os simpatizantes. VEJA, 19 de setembro de 2001, p.48 e 52

<sup>83</sup> Bush em seu discurso reitera que “Usaremos todos os recursos a nossa disposição, todas as gestões diplomáticas, todos os dados de inteligência, todos os instrumentos legais, toda a influência financeira, e todas as armas de guerra que forem necessárias para derrotar a rede mundial de terrorismo”. VEJA, 26 de setembro de 2001.p.45

<sup>84</sup> Em normativa de segurança nacional, Bush reitera que “Os Estados Unidos têm uma longa e valiosa tradição de acolher imigrantes e visitantes. Mas os atentados de 11 de setembro de 2001 mostraram que alguns chegam aos Estados Unidos para cometer atos terroristas, levantar fundos para atividades terroristas ilegais ou fornecer outro apoio para operações terroristas, aqui e no exterior. É política dos Estados Unidos trabalhar agressivamente para impedir que os estrangeiros que se envolvem ou apoiem atividades terroristas entrem nos Estados Unidos e para detê-los, processá-los ou deportá-los, quem está dentro dos Estados Unidos. Ver:Homeland Security Presidential Directive-2.October 29, 2001. Subject Combating Terrorism through immigration Policies. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/10/20011030-2.html>> Acesso em 31 de março de 2017

<sup>85</sup> De acordo com Stramer(2010) Bush argumenta a defesa do Ocidente e seus valores, situando os inimigos como Eixo do mal.

Hussein havia financiado o grupo Al Qaeda e que possuía armas de destruição em massa. A forma de chamar a guerra contra o terror de Guerra Global contra o Terror, denota um artifício em criar um chamativo de ação conjunta para todos os países na luta contra o terrorismo.

### **3.2.1 ANTITERRORISMO NO BRASIL E SEUS ATORES**

No Brasil, porém, não se observa tal distinção dada ao terrorismo como nos Estados Unidos. Como explicitado anteriormente com Lasmar (2014,p.55) e Souza (2009,p.32), os temores sobre a existência de uma legislação ao terrorismo, além de não demonstrar, a princípio, motivos para tal, ainda podem acarretar consequências imprevistas para o país.

Seguindo as medidas da OACI como visto anteriormente, o Brasil buscou entrar em conformidade com as leis internacionais. Entretanto, ao contrário dos Estados Unidos, onde Bush construiu um discurso, e a opinião pública clamou por uma reação, o Brasil no período posterior aos ataques, até o ano de 2010, não apresentou discurso *securitizante* em relação ao terrorismo. Não houve movimentos significativos da população<sup>86</sup> e do governo no sentido de criar um movimento antiterrorista. No caso brasileiro os poucos atores que tiveram uma participação não focaram seu discurso em uma possível ameaça interna, e sim, como veremos a seguir, em ficar alinhado a regras internacionais.

### **3.2.2 A PRESIDÊNCIA**

A reação do presidente Fernando Henrique Cardoso após os ataques foi pragmática. Em assembléia da ONU, reiterou o repúdio ao terrorismo e aproveitou o momento para chamar a atenção sobre as disputas econômicas provocadas pela globalização, e também falou sobre a criação de um Estado

---

<sup>86</sup> Ver:Pesquisa afirma que brasileiros desaprovam ataques ao Afeganistão. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/429609/pesquisa-afirma-que-brasileiros-desaprovam-ataques-ao-afeganistao>>. Último acesso em 09/10/2017

palestino denunciando as disparidades entre países ricos e pobres.<sup>87</sup> Embora o governo brasileiro tenha sido aquele entre os países latino-americanos que mais tenha dado apoio<sup>88</sup> aos Estados Unidos, inclusive invocando o Tratado do Rio, os atentados ainda foram vistos com baixa significação. O estado de coisas pode ser verificado também no governo seguinte por lideranças do partido que tomaria posse em 2003. Aloizio Mercadante, que viria a ser uma liderança do governo no Senado no período de 2003 a 2006, minimizou o evento do 11 de setembro, e disse que “exagerar na dimensão do episódio”, onde “qualquer terremoto ou furacão na Flórida faz mais vítimas e provoca estragos muito maiores”<sup>89</sup>. A postura de Lula nos discursos oficiais sobre o assunto terrorismo foi dissonante em relação ao de Bush. Enquanto o presidente americano baseava sua política na Doutrina de Segurança estratégica, onde o país não abria mão de ações unilaterais para deter atividades terroristas, o presidente Brasileiro pregava antes de qualquer coisa apoio à ONU antes de uma ação militar.<sup>90</sup>

Em outros pontos, Lula também defendia, assim como Fernando Henrique, o combate à pobreza e as diferenças sociais, para somente assim, segundo ele, termos um mundo livre do terrorismo.<sup>91</sup> Seus discursos na ONU ficaram restritos ao combate à fome<sup>92</sup> e as desigualdades sociais<sup>93</sup>, provocadas

---

<sup>87</sup> Lessa e Meira (2001) salientam que em outro discurso de Cardoso, ele deixa nas sublinhas o que pode ser o interesse explícito do Governo em pleitear uma vaga no conselho permanente da ONU. Onde ele reitera que “requer também absoluta cooperação e solidariedade no combate à pobreza, no desenvolvimento, no acesso maior dos países emergentes aos níveis decisórios do plano mundial. LESSA, Antônio C; MEIRA, Frederico A. O Brasil e os atentados de 11 de setembro de 2001. Rev. Bras. Polít. Int. 2001.

<sup>88</sup> Almeida e Barbosa(2006,p.249), por exemplo, explicam a boa relação com “a rápida decisão do Brasil de invocar o raramente utilizado Tratado do Rio, um pacto de defesa mútua do hemisfério, tornando o ataque da Al Qaeda um ataque contra todas as nações das Américas foi enaltecido pelo presidente Bush e pelo secretário de Estado, Colin Powell.

<sup>89</sup> Ver: ALMEIDA, Paulo. 11 de Setembro, dez anos: recepção no mundo, reações no Brasil.Revista espaço acadêmico.Revista espaço acadêmico.2011.p.27

<sup>90</sup> Discurso do Presidente Lula na 58ª Sessão Ordinária da AGNU, 2003

<sup>91</sup>Discurso do Presidente Lula na 59ª Sessão Ordinária da AGNU, 2004 “O caminho da paz duradoura passa, necessariamente, por uma nova ordem internacional, que garanta oportunidades reais de progresso econômico e social para todos os países.

<sup>92</sup> Lula, que aliás, no aspecto internacional, teve no combate à fome, a sua grande bandeira, sendo discutido por diversas vezes em Assembleia da ONU. “A fome é o aspecto mais dramático e urgente de uma situação de desequilíbrio estrutural, cuja correção requer políticas integradas para a promoção da cidadania plena.” SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS 2003. “A política externa brasileira, em todas as suas frentes, busca somar esforços com outras nações em iniciativas que nos levem a um mundo de justiça e paz. Tivemos, ontem, uma reunião histórica com mais de 60 líderes mundiais, para dar um novo impulso à ação internacional contra a fome e a pobreza.” SESSÃO ORDINÁRIA DA

segundo ele, pela indiferença dos países ricos. Ele também defendeu temas de cunho ambiental<sup>94</sup> e econômico<sup>95</sup>. Em aspectos gerais, Lula manteve boa relação com Bush, no entanto foi um crítico a Guerra contra o Terror.

Embora o governo Lula tenha se mantido a certa distância do tema terrorismo, o próprio presidente fez menção em discurso sobre ação de conter o terrorismo em território brasileiro. Em discurso na Assembléia da ONU em 2005, Celso Amorim promete “trabalhar desde já a conclusão de uma convenção abrangente sobre o terrorismo.”<sup>96</sup> É possível que este tenha sido um sinal do presidente a respeito da elaboração de normas e convenções. Dessa forma encontramos em Lula um elemento que, ao menos, mostrou-se favorável a mudanças na lei em vista do combate ao terrorismo. De certa forma

---

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS 2004. “Fiz do combate à fome prioridade de meu governo. É luta que expressa desafio maior: promover o desenvolvimento com justiça social e democracia política. É o que estamos tratando fazer no Brasil. Temos estabilidade econômica. Reencontramos o crescimento sustentado.” SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS 2005. “Minha obsessão com o problema da fome explica o empenho que tenho tido, junto a outros líderes mundiais, para chegar a uma conclusão positiva da Rodada de Doha. Continuamos insistindo em um acordo que reduza os escandalosos subsídios agrícolas dos países ricos.” SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS 2008. CORREA, Luiz F (Organizador). O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2006. Fundação Alexandre de Gusmão. Edição revista e atualizada. 2007

<sup>93</sup> Lula argumenta que “Barreiras protecionistas e outros obstáculos ao equilíbrio comercial, agravados pela concentração dos investimentos do conhecimento e da tecnologia, sucederam ao domínio colonial.” SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS 2004. “Mais do que a crise dos grandes bancos, essa é a crise dos grandes dogmas. O que caiu por terra foi toda uma concepção econômica, política e social tida como inquestionável. O que faliu foi um insensato modelo de pensamento e de ação que subjugou o mundo nas últimas décadas. Foi a doutrina absurda de que os mercados podiam auto-regular-se, dispensando qualquer intervenção do Estado. Há enormes resistências em adotar mecanismos efetivos de regulação dos mercados financeiros. Países ricos resistem em realizar reformas nos organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial.” SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS 2009. O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2006. Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Organizador Fundação Alexandre de Gusmão. Edição revista e atualizada. 2007

<sup>94</sup> Lula defendeu o uso de energia limpa por meio dos bicombustíveis em Assembléia geral de 2008

<sup>95</sup> Lula pediu por maior participação de países emergentes na regulação da economia. Afirmando que “não é possível que, passados 65 anos, o mundo continue a ser regido pelas mesmas normas e valores dominantes quando da conferência de *Bretton Woods*. Os países pobres e em desenvolvimento têm de aumentar sua participação na direção do FMI e do Banco Mundial. Sem isso não haverá efetiva mudança e os riscos de novas e maiores crises serão inevitáveis.” SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS 2009.

<sup>96</sup> Na sexagésima Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas em 2005, o Ministro Celso Amorim fala “Expresso, desde já, a disposição brasileira de trabalhar intensamente com vistas à pronta conclusão de uma convenção abrangente sobre terrorismo”. O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2006. Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Organizador Fundação Alexandre de Gusmão. Edição revista e atualizada. 2007. p.754

suas motivações se encontrem no âmbito mais profundo<sup>97</sup>, é possível constatar que o presidente tenha sido receptivo as mudanças ocorridas nos aeroportos.

### 3.2.3 O CONGRESSO

O poder legislativo em sociedades democráticas possui importância na questão que envolve temas a serem discutidos e influencia sua aceitação em causas oriundas da demanda popular. De acordo com Jordan et al (1998, p.129, trad. nossa)<sup>98</sup>

O Congresso é particularmente sensível às manifestações da opinião pública. O jornal da manhã e as notícias da televisão, a última pesquisa de opinião pública e a cobertura da imprensa da cidade natal sobre as questões (e sobre suas próprias atividades) são examinadas pelos legisladores, especialmente por aqueles que devem buscar apoio público nas pesquisas a cada dois anos.

Dentro da lógica em relação a questão da segurança nacional, Buzan et al (1998) também argumenta sobre a capacidade do congresso em levar adiante assuntos de política externa. Embora no Brasil se discuta<sup>99</sup> sobre a disposição do congresso na questão que envolve a participação dos políticos nas votações e em suas deliberações no congresso, ainda se encontra uma maior liberdade quanto aos discursos proferidos no plenário.

Em relação ao ato do discurso em torno da agenda terrorista, os deputados em sua grande maioria, não tomaram para si o discurso *securitizante* em torno da agenda. Após os atentados, a comoção e os discursos no congresso em apoio as vítimas do terrorismo foram muitas, no entanto poucas notas em relação a segurança ao terrorismo. Um dos poucos

---

<sup>97</sup> Cabe ressaltar o esforço político do governo Lula em buscar um acento permanente no conselho de segurança da ONU.

<sup>98</sup> Congress is particularly sensitive to outpourings of public opinion. The morning paper and the television news, the latest public opinion poll and the hometown press coverage of issues (and of their own activities) are scrutinized by legislators, especially by those who must seek public endorsement at the polls every two years.

<sup>99</sup> Limongi e Figueiredo(1998) defendem que o voto no congresso é organizado em torno das lideranças do partido e do poder executivo, enquanto Scott Maiwaring(2001) defende que o voto é organizado de modo individual.

que inicialmente apresentaram medidas foi o deputado José Genoíno<sup>100</sup> do PT que fez menção em “apresentar uma proposição legislativa de combate ao financiamento aos terroristas”. No final ano de 2001 e seguido de 2002 aconteceram muitas críticas à invasão americana ao Afeganistão, e os discursos a respeito do terrorismo tiveram queda de popularidade sobre as mãos dos Estados Unidos, que de vítimas passaram a vilões. O deputado, Paulo Otavio do PFL, fez duras críticas ao governo americano, alegando que a guerra no Afeganistão havia sido um pretexto para alavancar a economia do país<sup>101</sup>.

Outros deputados além de apresentarem críticas ao governo americano, ofereceram possíveis soluções na questão que envolve o combate ao terrorismo. Citando temas sobre “equilíbrio social”<sup>102</sup> e a promoção da “paz no Oriente médio”<sup>103</sup> como fundamentais nessa jornada.

No entanto, a partir de 2003, o congresso apresentou ao menos um movimento no sentido de apresentar proposições antiterroristas. Em 2003 foi redigida a Medida Provisória 126, que deliberava entre outras coisas sobre a responsabilidade financeira da União sobre qualquer ato ilícito em aeronaves do país<sup>104</sup>.

Em 2004, a deputada Maninha do PT, apresentou ainda uma defesa no plenário sobre leis mais rígidas ao financiamento terrorista. Em similaridade com a questão levantada por Genoíno em 2001, Maninha<sup>105</sup> defendeu que o Brasil como postulante a uma cadeira na ONU, não poderia ficar “equidistante

---

<sup>100</sup> Jose Genoíno (PT-SP) sessão 183.3.51.0 26/09/2001. Disponível em: <<http://www.2camara.leg.br/>>. Último acesso 11 de outubro de 2017

<sup>101</sup> Paulo Octavio (PFL-DF) 11/03/2002 sessão 029.4.51.0. Discursa no plenário que “Desde Roosevelt, o governo de Washington utiliza conflitos bélicos para recuperar sua economia. Nos anos 40, o esforço para enfrentar o nazismo tirou o país de uma recessão que atravessou a década anterior. Agora, quando os sinais do grande país do norte mostraram queda da atividade industrial e comercial, novamente a motivação contra o inimigo externo terá como consequência a retomada do crescimento”

<sup>102</sup> Carlos Nader (PFL-RJ) 04/02/2004. Chico Alencar (PT-RJ) 07/07/2005

<sup>103</sup> Luiz Carlos Haury (PSDB-PR) 21/11/2001. Walter Feldman (PSDB-SP) 18/06/2003. Ivan valente (PT-SP) 18/12/2003

<sup>104</sup> BRASIL.Lei Nº 10744, de outubro de 2003 (Lei do seguro aéreo). Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10744-9-outubro-2003-459956-norma-pl.html>> Último acesso 18 de abril de 2017

<sup>105</sup> Maninha (PT-DF) 01/05/2004

dos conflitos”. A deputada defendeu a aprovação de leis que criminalizem o financiamento a grupos terroristas com o objetivo

de evitar que o Brasil continue a ser objeto de declarações e notícias infundadas, veiculadas sobretudo na mídia internacional, de que nosso país não está se valendo de todos os instrumentos existentes para combater supostas transferências financeiras, legais ou ilegais, para organizações terroristas a partir da região da Tríplice Fronteira.

O deputado Jefferson Campos do PTB, em 2006 defendeu uma mudança na legislação que observe crimes de natureza terrorista. Alegando que “o terrorismo é o maior modelo da covardia, da banalidade e do desamor”,<sup>106</sup> o deputado defendeu

Há que se punir com o rigor das legislações existentes ou mesmo modificá-las, se preciso for, para adequá-las contra os indivíduos criminosos, bandidos, assassinos, traficantes, terroristas e extremistas que assustam e denigrem a humanidade.

O deputado ainda deliberou sobre a necessidade de novas “regras de detenção sem a oferta de asilo político e rigorosa punição para os praticantes de atentados”<sup>107</sup>.

Outro deputado que defendeu uma maior abrangência da legislação brasileira em torno da agenda terrorista foi o deputado e, ex-ministro Raul Jungmann. Em 2009 ele se disse “muito preocupado”<sup>108</sup>, com a “inexistência de uma legislação” antiterrorista. O deputado argumentou a preponderância do Brasil no contexto mundial, inclusive com o desejo do presidente Lula em conseguir um assento permanente na ONU. Isso colocaria o Brasil dentro do contexto internacional, trazendo para o país, não somente pontos positivos, mas também negativos. O Brasil esclarece o deputado, “não percebe o ônus, ou não quer discuti-lo, e esse é apenas um dos riscos que temos pela frente e que temos que efetivamente enfrentar”<sup>109</sup>. Em relação à legislação antiterrorista, Jungmann fala que “o Governo Lula ficou de criar, mas não foi criada.”<sup>110</sup> Argumentando que na Argentina, assim como no Brasil havia o

---

<sup>106</sup> Jefferson Campos (PTB-SP) 17/01/2006

<sup>107</sup> Idem

<sup>108</sup> Raul Jungmann (PPS-PE) 10/06/2009

<sup>109</sup> Raul jungmann (PPS-PE) 18/09/2009

<sup>110</sup> Idem

pensamento que não havia necessidade, e após o atentado em 1992<sup>111</sup> foi criada uma legislação específica para isso.

Dessa forma podemos afirmar o congresso brasileiro, portanto, apresentou discretamente um discurso antiterrorista. A lei de supressão ao financiamento terrorista foi ratificada pelo governo em 2005<sup>112</sup>, e ocorreu na mesma forma do discurso da deputada Maninha (PT) que defendia por parte do Brasil a ratificação da Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo, onde a deputada defendeu “o combate ao terrorismo e a seu financiamento em todas as suas vertentes”, embora ela mesma não reconheça “a inexistência, no momento, de ameaças concretas à infra-estrutura do País”, acredita que esse é um passo importante para o país dar uma contribuição efetiva.

### 3.3.1 GRUPOS DE PRESSÃO

Tomando como ponto essencial um Estado democrático que garanta os direitos de representatividade dos cidadãos<sup>113</sup>, os atores representativos possuem condições de levar seu discurso da esfera meramente especulativa ao processo político. Entende-se que dentro dessa ótica o pluralismo clássico abarca a ideia de representatividade dos diferentes setores. Onde, diferente de Schumpeter(1984), que entendia a democracia como uma espécie de “livre mercado” onde os partidos no centro poder promovem uma “livre competição pelo voto livre”, o pluralismo clássico entende a disputa não somente de partidos, mas também de grupos.

Buzan et al(1998,p.40) argumenta a participação dos “grupos de pressão” como atores fundamentais no processo de tornar um tema relevante na

---

<sup>111</sup> Atentado terrorista à embaixada de Israel em Buenos Aires onde morreram 29 pessoas.

<sup>112</sup> BRASIL.Decreto Nº 5.640/2005. Ver em: <<http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2013/07/PL-33-Pol%C3%ADtica-Contra-Lavagem-de-Dinheiro.pdf>> Último acesso 07 de outubro de 2017

<sup>113</sup> Tomando como ponto de referência os três conceitos básicos de Robert Dahl(1997)  
1. De formular suas preferências. 2. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva. 3.De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja,considerada sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte de preferência.

questão da segurança de um país. Portanto, tomamos como ponto fundamental o entendimento da participação desses atores no processo de securitização antiterrorista no Brasil. Sobre a perspectiva de dois atores fundamentais: a imprensa e a sociedade civil.

### 3.3.2 A IMPRENSA

O poder de jornais, noticiários, e meios de comunicação em geral, têm em movimentar um assunto em torno de um debate é bastante considerável. A teoria da *agenda setting*<sup>114</sup>, por exemplo defende a ideia que os meios de comunicação possuem alta capacidade em determinar pautas de políticos e de governos com a finalidade de chamar atenção para determinados temas por meio da programação, e assim direcionar o público para tal reivindicação<sup>115</sup>. De acordo com Formiga (2006,p.16) os meios de comunicação são fortes agentes transformadores, “redefinindo nossas concepções culturais e configurando nossa relação com a sociedade”.

Portanto, é essencial verificar se os meios de comunicação obtiveram uma participação no processo de tornar o assunto antiterrorismo relevante para o país.

Em relação aos setores de imprensa após os atentados do 11 de setembro a reação foi de repercutir as notícias que eram veiculadas em outros jornais do mundo. Nos dias que seguiram aos atentados de acordo com Lessa e Meira (2001.p.56) “os principais diários do país dedicaram partes expressivas das suas capas para informar sobre os atentados e sobre o início da movimentação do governo dos EUA na preparação da sua revanche”. A reação nas revistas não foi diferente, “dedicando, em média, cerca de 50% das edições subsequentes à cobertura dos fatos”(LESSA;MEIRA,2001,p.56).

No entanto, os informativos, de acordo com Lessa e Meira (2001,p.49), ainda carecem de uma análise profunda do cenário internacional onde se

---

<sup>114</sup> Ver:Shaw e McCombs(1972) Bryan e Miron (2004)

<sup>115</sup> Esse é um processo já conhecido e verificado no Brasil. A novela *Mulheres Apaixonadas* de 2003, chamou atenção dos telespectadores para o tema da violência contra os idosos, fazendo com que naquele ano fosse instituído o Estatuto do idoso.

verifica a “incapacidade que tem a imprensa brasileira em informar de modo consistente e para um público diverso sobre os impactos que a cena internacional posta para o Brasil e para a vida cotidiana do cidadão”.

De acordo com Capozzoli (2001,p.8),<sup>116</sup> existe um certo atraso das mídias brasileiras em conectar fatos em nível global devido a influência das notícias em mídias estrangeiras. Onde ele exemplifica

O primeiro deles é a dependência dos jornais brasileiros dos grandes jornais da Europa ou os Estados Unidos, cujo material reproduzem. Originalmente, estes textos de alguma forma estão voltados para uma sociedade específica. Não que não possam ser lidos por outra. Mas não é mesma coisa. Há necessidade de ligações, conexões, exemplificações, relações, enfim, contextualizações, que um traduzido quase nem sempre tem.

Analisando as capas dos jornais brasileiros percebe-se que buscaram trazer os atentados ao núcleo restrito aos Estados Unidos, tomando como um problema unicamente do país vitima dos atentados, e não como algo que afronte um país do nosso continente, ou um representante do mundo livre. Capas do dia seguinte aos atentados como o da *Folha de São Paulo*, “Terror abala centro do poder nos EUA”<sup>117</sup> ;e *O Estado de São Paulo*, “Terrorismo declara guerra aos Estados Unidos”<sup>118</sup>; e também a revista *Veja*; “O império vulnerável”<sup>119</sup> concluem essa intenção. Esses enfoques claramente situam a tragédia a um problema unicamente americano. No dia que completou um ano da tragédia, vários jornais americanos e do mundo, lembraram o dia dos atentados, no entanto, os jornais brasileiros minimizaram a lembrança em suas capas e matérias. O jornal *O Globo*, preferiu detalhar o motim no presídio de Bangu 1, assim como a *Folha*<sup>120</sup>. *O Estado*<sup>121</sup> foi um dos poucos que deu maior ênfase ao primeiro ano da tragédia.

---

<sup>116</sup> Ver:A Mídia e terrorismo - a imprensa e a cobertura do 11 de setembro. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>> Último acesso 28/04/2017

<sup>117</sup> Ver:MOREIRA, José D.11 de setembro de 2001: Construção de uma catástrofe nas primeiras páginas de jornais impressos.

<sup>118</sup> Idem

<sup>119</sup> Ibidem.

<sup>120</sup> Ver:Caso de esquizofrenia noticiosa. Disponível em:

<[http://observatoriodaimprensa.com.br/wp-ontent/uploads/2015/02/midiaeterrorismo\\_vol21.pdf](http://observatoriodaimprensa.com.br/wp-ontent/uploads/2015/02/midiaeterrorismo_vol21.pdf)> Último acesso 21 de abril de 2017.

<sup>121</sup> Idem

Entretanto, esses não elementos que possam considerar a imprensa brasileira como insensível aos acontecimentos, e que de certa forma deram pouca significação ao processo antiterrorista. A questão que busca entender melhor a situação está baseada no interesse dado no combate ao terrorismo em suas páginas. Observando esses jornais percebe-se a queda do assunto no decorrer do tempo. Uma das explicações pode-se encontrar nas guerras no Afeganistão e do Iraque que tomaram para si as discussões acerca do combate ao Terror.

Embora seja parte do processo, os conflitos não representam sua totalidade. Os milhares de mortos no Afeganistão e Iraque, parecem ter colocado o processo de securitização antiterrorista em xeque. Esse processo pode ser explicado juntamente com a queda de popularidade do presidente George W. Bush<sup>122</sup>, o grande representante da Guerra Global contra o Terror. No Brasil, percebe-se o auge desse declínio após a morte do brasileiro Jean Charles em Londres. Com alegação de “atirar pra matar”<sup>123</sup>, os policiais britânicos assassinaram por engano Jean Charles. A retórica antiterrorista parece ter perdido crédito junto à imprensa. Inúmeros artigos jornalísticos criticavam a postura da polícia, e também, de certa forma, serviu de aviso ao Brasil sobre o preço que um país paga pela mudança na constituição em nome da segurança.

Também se observa que no período de 2003 a 2006 houve por parte da imprensa um número considerável de matérias que buscavam tratar o terrorismo além dos limites estabelecidos por grupos islâmicos. Houve uma tentativa em definir grupos como o MST de terroristas. Mesmo que a causa desse grupo tenha perdido crédito junto à grande massa da população brasileira, a definição de seus atos como ações terroristas semelhante aos

---

<sup>122</sup> De acordo com Damin (2014,p.437) a queda se acentuou após a eleições de 2004 e “uma vez cruzada a linha da impopularidade no final de julho de 2005, nada mais recuperou a popularidade do governo republicano.” DAMIN, Cláudio J. Guerra e opinião pública nos Estados Unidos: O caso da Guerra do Iraque em 2003. BJIR, Marília, v.3, n.3, p. 419-448, Set/Dez. 2014

<sup>123</sup> O Primeiro ministro britânico, Tony Blair quando foi questionado se havia instruções de atirar para matar ele respondeu: “Correto. Tem que ser assim. O método atirar para matar é aprovado por sete de cada 10 britânicos, segundo pesquisa do instituto *YouGov*”. Folha de São Paulo 25 de julho de 2005. p. A10.

perpetuados por grupos radicais islâmicos, ainda é bastante distante. Em 2004, a revista *Veja* publicou uma matéria onde faz referência as escolas campesinas como se fossem verdadeiras “Madraçais”<sup>124</sup>. A revista, em 2006, também faz referência a palavra “terror” após a invasão e destruição de objetos de pesquisas da Aracruz, comparando ao evento da destruição de livros na praça de Berlim em 1933<sup>125</sup>. É provável que o uso da palavra terrorismo tenha sido usado *ad nauseum* por veículos de comunicação ao ponto do próprio conceito ter perdido real significado.

### 3.3.3 SOCIEDADE CIVIL

Grupos sociais de massa como sindicatos e movimentos sociais, chamados de sociedade civil, são grupos que possuem um papel em determinados segmentos do país. Eles têm em sua agenda de prioridades lutas de questão social e econômicas. De acordo com Habermas(1997,p.99)

A sociedade civil se compõe de movimentos, organizações e associações que captam os ecos dos problemas sociais que ressoam na esfera privada, condensam-se e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política.

Muitos desses grupos têm em sua pauta o setor ambiental<sup>126</sup>, e econômico como prioridades na sua agenda de importância. Entretanto em questões que envolvem a segurança militar de um país, como a securitização antiterrorista os debates não se constituem de grande importância.

No que se refere à participação de grupos sociais ao processo de securitização da agenda antiterrorista, o distanciamento do tema é maior ainda se comparados aos outros setores já mencionados. No dia que sucedeu aos ataques terroristas, o sindicato dos bancários do Rio Grande do sul, órgão ligado à CUT, emitiu uma nota<sup>127</sup> que responsabilizava os Estados Unidos pela

---

<sup>124</sup> Escolas de cunho secular, onde os alunos aprendem orientações sobre o islã.

<sup>125</sup> VEJA, 15 de março de 2006, p.88

<sup>126</sup> Nye(2009) salienta que “Sindicatos e ONGs chamaram a atenção do público para a atenção nas discussões acerca do aquecimento Global e da assinatura no tratado de Kyoto, nas reuniões de cúpula em 1997 e 2007”. NYE, Joseph. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. Editora Gente. 2009.p.297

<sup>127</sup> O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, filiado à CUT, distribuiu uma nota com o seguinte título: “Atentados em Nova York: trabalhadores continuarão combatendo o

tragédia, e reiterava a “luta contra o imperialismo”<sup>128</sup>. No entanto, a própria CUT em seus congressos nacionais (ocorridos a cada dois anos) em momento algum é levantada a questão terrorista em debate. O centro das discussões se concentra em torno de temas sobre direitos dos trabalhadores, democracia e hegemonia política<sup>129</sup>.

No Fórum Social Mundial, congresso que reúne diversos grupos de movimentos sociais, o assunto terrorismo foi mais debatido. Entretanto em sua totalidade não ocorreram diálogos na perspectiva da segurança antiterrorista, e sim, de críticas ao modelo de política externa norte-americano. No Fórum de 2002, Noam Chomsky disse que a resposta americana no Afeganistão tinha como meta alimentar o setor armamentista e impulsionar a economia do país.<sup>130</sup> Em 2004 foram organizadas passeatas contra o “imperialismo americano”, cujo objetivo era chamar a atenção para o projeto americano de “hegemonia militar” com base nas invasões ao Afeganistão e Iraque<sup>131</sup>. Em 2005 a professora Dirlene Marques representante do comitê mineiro, disse que a construção do inimigo norte-americano na agenda terrorista é feita com a finalidade de obter “ganhos financeiros”<sup>132</sup>. Na sexta edição do Fórum social mundial realizado em 2006, foi criada uma espécie de “tribunal” para “condenar” os Estados Unidos por crimes contra humanidade<sup>133</sup>. Entre as acusações estavam a intervenção na Colômbia através do *Plano Colômbia*, a

---

imperialismo”. ALMEIDA, R, de, Paulo. 11 de Setembro, dez anos: recepção no mundo, reações no Brasil. Revista espaço acadêmico. Revista espaço acadêmico. 2011.p.27

<sup>128</sup> Esse tipo de atitude Rosenfield(2002,p.24) explica através de preponderância do “fator ideológico” onde se encontram “posições antiamericanas de respaldo e regozijo aos ataques ao World Trade Center”. ROSENFELD, Denis; MATTÉI, Jean-François. O terror. Zahar. Filosofia política série III-, 4.n.2002.

<sup>129</sup>. Disputar a hegemonia política visando a construção de uma nova sociedade; Congresso de 2003. Fortalecer a democracia e valorizar o trabalho; Congresso de 2006. Desenvolvimento com trabalho, renda e direitos; Congresso de 2009. Disponível em: <https://cut.org.br/arquivos/congressos/> último acesso 17 de outubro de 2017

<sup>130</sup> Ver: Especial FSM-2002: O ano em que o Fórum Social marchou contra a Guerra. Disponível em <<http://forumsocialportoalegre.org.br/2015/11/12/especial-fsm-2002-o-ano-em-que-oforum-social-marchou-contr-a-guerra/>> Último acesso 26 de abril de 2017

<sup>131</sup> Ver: Movimento global contra guerra quer ser a nova potência. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Movimento-global-contr-a-guerra-quer-ser-nova-superpotencia/2/1318>> Último acesso em 26 de abril de 2017

<sup>132</sup> Ver: FSM e a perspectiva dos trabalhadores. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/nesth/ivseminario/texto5.pdf>> Último acesso 26 de abril de 2017

<sup>133</sup> Ver: Tribunal condena governo Bush. Disponível em: <[http://www.memoriafsm.org/bitstream/handle/11398/2130/2006\\_05.01\\_Artigo%20de%20imprensa\\_85.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.memoriafsm.org/bitstream/handle/11398/2130/2006_05.01_Artigo%20de%20imprensa_85.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Último acesso em 26/04/2017

declaração do *Patriot act*, cujo objetivo alegado era dar maior poder de vigilância aos Estados Unidos, e também a uma suposta participação dos Estados Unidos em assuntos internos na Venezuela.

No entanto, em 2010 o tema sobre o terrorismo muda de caráter, e passa do antiamericanismo para área jurídica. Nesse ano foi debatido o tema sobre a criminalização dos movimentos sociais. Por meio de um documento apresentado pela Via campesina<sup>134</sup> que torna ações de movimentos sociais como terroristas. Tal processo estava acontecendo na esfera judicial, onde fazendeiros estavam processando integrantes do MST imputando-lhes crimes previstos na Lei de Segurança Nacional<sup>135</sup>. De acordo com Ulisses (2012,p.148) a categorização de ações do MST e outros grupos sociais na Lei de segurança nacional

afronta diversas garantias constitucionais como a liberdade de expressão e de associação, principalmente se para tanto for utilizada uma lei arbitrária do período ditatorial tal como a Lei de Segurança Nacional, conduzindo a um retrocesso democrático.

Dessa forma é possível considerar que os movimentos sociais não tiveram participação no processo de securitização ocorrido nos aeroportos, e é possível que tenham feito um esforço para barrar algumas iniciativas que envolvem a securitização antiterrorista em um plano mais geral.

No que se refere a uma análise mais geral Do capítulo 3, evidencia-se uma diferença de atuação dos atores políticos americanos e brasileiros. Nos Estados Unidos as leis surgiram com respaldo da opinião pública e dos setores políticos e sociais. No Brasil, apenas setores do congresso tiveram uma participação mais efetiva. A presidência, embora inicialmente tenha se

---

<sup>134</sup> De acordo com o documento "O objetivo da criminalização é criar as condições legais e, se possível, legítimas perante a sociedade para: a) impedir que a classe trabalhadora tenha conquistas econômicas e políticas; b) restringir, diminuir ou dificultar o acesso as políticas públicas; c) isolar e desmoralizar os movimentos sociais junto à sociedade; d) e, por fim, criar as condições legais para a repressão física aos movimentos sociais. VIA CAMPESINA BRASIL, 2010 p. 6 apud Ulisses p.138

<sup>135</sup> Ver:Na falta de um Bin Laden. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/na-falta-de-um-bin-laden-de-verdade-2>> Ultimo acesso 22 de abril de 2017

apresentado à margem da discussão é possível encontrar em Lula um aceno a possibilidade das leis<sup>136</sup>. Dessa forma o *speech act* dentro da perspectiva brasileira, apresentou-se pouco influente dentro das decisões tomadas. A discussão do tema foi irrelevante para o público geral, mas as mudanças ocorridas com base no assunto foram de maior amplitude. Como verificado no capítulo 2 a formalização do decreto lei 7.168/10 evidencia um movimento no sentido da securitização, que no entanto, não foi observado como tema de relevância para o restante da sociedade.

---

<sup>136</sup> Como mencionado por Celso Amorim. Ver: O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2006. Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Organizador Fundação Alexandre de Gusmão. Edição revista e atualizada. 2007. p.754

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, dentro da finalidade do trabalho proposto, considera-se algumas observações. A primeira sobre a mudança organizacional na aviação civil. Um esquema antigo de departamentos foi modificado a fim de dar maior capacidade ao setor da aviação, bem como adotando regras padronizadas representados pelo Programa de Segurança Operacional (PSO). E de maneira concomitante o setor passou a obedecer normas de segurança que observa também atividades ilícitas,(PNVSEC) em aeronaves obedecendo o decreto nº 7.168/10 que visa a proteção contra atos terroristas. Esse decreto representa a primeira real mudança do Brasil no sentido de proteção contra o terrorismo.

Quanto à participação dos presidentes na questão que envolve o discurso antiterrorista, pode-se observar a princípio uma neutralidade deles em relação ao tema, que de certa forma se deve ao fato de angariar simpatia à comissão da ONU. O Brasil tinha em Fernando Henrique e posteriormente em Lula, o desejo de uma cadeira permanente na ONU. Lula, preferiu adotar assuntos que garantissem uma certa neutralidade no que se refere a luta contra o terrorismo escolhendo temas como “inclusão social” e “promoção da paz no Oriente médio” como soluções ao problema. De acordo com Dietrich (2015,p.41) “os discursos do governo FHC e Lula apresentam uma continuidade no que tange à valorização do *Soft Power* em detrimento do *Hard Power*”, onde ocorre uma maior valorização, segundo ele da “multipolaridade”. Dessa forma ainda conclui Dietrich (2015,p.39) a política Lula em especial, estava

buscando ampliar as relações bilaterais e multilaterais brasileiras mesmo em regiões esquecidas pelo governo FHC, como a África, ainda que a ideia de que o Brasil deveria passar a imagem de um atenuador dos conflitos internacionais e de que o país mantém compromissos importantes para com diversas regiões do planeta tivesse sido mantida. Lula ainda mostrou através dos discursos na ONU receptivo em relação à adoção de medidas de segurança no combate ao terrorismo.

Quanto ao congresso, cabe salientar que alguns deputados estiveram em trabalho conjunto com executivo, atendendo o discurso do assento permanente na ONU e clamando por mudanças legislativas que tipifiquem o terrorismo<sup>137</sup>.

Dessa maneira é possível concluir que tal movimento tenha sido feito com objetivo mais político do que propriamente uma ameaça real. Também cabe ressaltar que no período de 2001 a 2010, a bancada brasileira tipificou a palavra terrorismo das mais diversas formas. Ela esteve relacionada a diversas definições, desde terrorismo de estado<sup>138</sup> até terrorismo político<sup>139</sup>. Cabe salientar também que grupos como MST<sup>140</sup> e FARC<sup>141</sup> foram relacionados como terroristas provocando a reação de diversos grupos da base aliada do governo. É bem provável que tais distinções tenham dificultado a tomada de medidas antiterroristas mais abrangentes.

No caso da imprensa, como explicitado, confere a perda de crédito causado pela Guerra contra o Terror representado pelas Guerras no Afeganistão e Iraque, e também pela trágica morte do brasileiro Jean Charles que repercutiu negativamente no país. Walter Lippmann (2008,p.293) pontua que quando não há interesse de meios de comunicação em tornar determinado assunto em um debate público o processo de esquecimento ocorre até que “alguém proteste” e “investigue” e torne o assunto relevante aos olhos do público.

Em relação à influência da sociedade civil no processo de securitização antiterrorista, o assunto pode ter se transformado em uma forma de ataque. Como explicitado anteriormente, a ação de grupos como MST pode ter contribuído para que o conceito “terrorista” os vincule e, portanto, perca interesse, ou atue no sentido de barrar medidas protetivas nesse sentido. Também cabe ressaltar que o discurso antiamericano presente nesses grupos pode ter influenciado nessa ausência, tendo em vista que tais medidas seguem uma linha de consenso em Washington.

---

<sup>137</sup> Sigmara Seixas (PT-DF) 09/10/2003. Maninha (PT-DF) 02/05/2004. Raul Jungmann (PPS-PE) 10/06/2009

<sup>138</sup> Luciana Genro. (Sem Partido-RS) 19/10/2004

<sup>139</sup> Chico Alencar (PT-RJ) 07/07/2005

<sup>140</sup> José Carlos Aleluia (DEM-BA) 15/09/2003

<sup>141</sup> Luiz Couto (PT-PB) 14/03/2005. Íris de Araújo (Bloco-PMDB-GO) 14/02/2008

No entanto há de se considerar um movimento ainda que discreto no processo de securitização antiterrorista representado por novas medidas<sup>142</sup> e pelo decreto lei nº 7.168/10 que observa atos de interferência ilícita em aviões. Onde se observa no cenário do poder executivo, principalmente no governo Lula, e em sua base de apoio, um interesse em adequar-se as mudanças de ordem internacional, refletindo um processo político sem grande participação da sociedade, e que se apresentou no sentido de cima para baixo.

## BIBLIOGRAFIA

**AEROTD** Escola de aviação civil Regulamentação da aviação civil.2011

ALMEIDA, Paulo R. 11 de Setembro, dez anos: recepção no mundo, reações no Brasil.**Revista espaço acadêmico**.2011

ALMEIDA, Paulo R;BARBOSA, Rubens A. **Relações Brasil - Estados Unidos: Assimetrias e convergências**.Saraiva.2006

ARCÚRIO, S. Michelle.Impactos dos fatores e erros humanos no processo de inspeção de segurança da aviação civil brasileira. **Dissertação de Mestrado em transportes**. Universidade de Brasília.2014

BENTLEY, Arthur F. **The process of government: A study of social pressures**. The University of press.1908

BIELSCHOWSKY, Pablo;CUSTÓDIO, Marcos. A evolução do transporte aéreo Brasileiro. **Revista Eletrônica Novo Enfoque**. 2011.

BLALOCK,Garrick;KADIYALI, Vrinda; SIMON, Daniel. The Impact of Post-9/11 Airport Security Measures on the Demand for Air Travel. **Journal of law and economics**.2007

BOBBIO,Norberto; MATTEUCCI, Nicola;PASQUINO, Gianfranco.**Dicionário de Política**. Vol. I. 11ª edição. Editora UNB. 1998. BRASIL. Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946

BRASIL. **Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946**. Promulga a convenção sobre a aviação civil. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d21713.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d21713.htm)>

<sup>142</sup>Lei nº 10744/2003 (Lei de seguro aéreo) e Lei nº 5.640/2005 (Supressão sobre financiamento ao terrorismo)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10744, de 9 de outubro de 2003.** Lei do seguro aéreo. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10744-9-outubro-2003-459956-norma-pl.html>> Último acesso 18 de abril de 2017

\_\_\_\_\_. **Lei complementar nº 117/2004, de 2 de setembro.** Sobre as normas de organização e preparo das forças armadas. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp177.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp177.htm)> Último acesso 18 de outubro de 2017

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.640/2005, de 26 de dezembro.** Promulga a convenção internacional para supressão do financiamento do terrorismo. Disponível em: <<http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2013/07/PL-33-Pol%C3%ADtica-Contra-Lavagem-de-Dinheiro.pdf>> Último acesso 07 de outubro de 2017

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.168, de 5 de Maio de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação civil contra atos de interferência ilícita. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7168.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7168.htm)>. Último acesso 18 de setembro de 2017.

BUZAN, Barry. **People, States, and Fear: The national security problem in International Relations.** Department International studies. University of Warnick. 1983

\_\_\_\_\_; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap. **Security: A New Framework for Analysis.** Lynne Rienner. 1998.

\_\_\_\_\_. As Implicações do 11 de Setembro para o Estudo das Relações Internacionais. **Contexto internacional online, vol. 24, n.2, pp.233-265.** 2002

\_\_\_\_\_; WÆVER, Ole. **Regions and Powers. The Structure of International Security.** Cambridge Studies in International Relations. 2003

\_\_\_\_\_; WÆVER, Ole. Macrosecuritisation and security constellations: reconsidering scale in securitization theory. **Review of International Studies.** 2009.

\_\_\_\_\_, HANSEN, Lene. **Evolução dos Estudos de segurança internacional.** Editora Unesp. 2012

CARVALHO, Leonardo A. **Geopolítica e relações internacionais.** Juruá editora. Curitiba. 2011

CORREA, Luiz F (Organizador). **O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2006.** Fundação Alexandre de Gusmão. Edição revista e atualizada. 2007

CUNHA, Ciro L. **Terrorismo internacional e a política externa brasileira após o 11 de setembro. Dissertação de Mestrado Instituto Rio Branco.** 2005

DAMIN, Cláudio J. Guerra e opinião pública nos Estados Unidos: O caso da Guerra do Iraque em 2003. **BJIR, Marília, v.3, n.3, p. 419-448, Set/Dez. 2014.**

DIETRICH, Jorge A. O Brasil e a campanha PR uma cadeira permanente no conselho de segurança da ONU: análise dos discursos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul.2015.**

DILLINGHAM, L, Gerald. Aviation Security .**Progress Since September 11, 2001, and the Challenges Ahead. 2003**

DINIZ, Eugenio. Compreendendo o fenômeno do terrorismo. 3º Encontro Nacional da ABCP – **Associação Brasileira de Ciência Política. 2002**

FEBRICA, Senia. Securitizing Terrorism in Southeast Asia Accounting for the Varying Responses of Singapore and Indonesia. **Asian Survey, Vol. 50. 2010**

FERGUSON, Niall. **Civilização : Ocidente X Oriente.** Planeta. 2012

FORMIGA, Fábio. A evolução da hipótese da agenda-setting. **Dissertação de Mestrado em comunicação.** UNB. 2006.

GHUGHUNISHVILI, Irina. Securitization of Migration in the United States after 9/11:Constructing Muslims and Arabs as Enemies. **Department of International Relations European Studies.2010**

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**, volume II. Tempo Brasileiro.1997.

HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções.**25ª edição.Paz e terra.2011.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial.**Objetiva. ano 2001.

IPEA. **Panorama e Perspectivas para o transporte aéreo no Brasil e no Mundo.** Série eixos do desenvolvimento, n. 54. Brasília: Ipea, 2010.

JORDAN, Amos A; MAZAAR, Michael J;TAYLOR, William J. **American National security.** The John Hopkins University press.1998

LANGEWIESCHE, William.**O bazar atômico: a escalada do pobrerio militar.** São Paulo. Companhia das letras.2007

LASMAR , Jorge M. Legislação brasileira de combate e prevenção do terrorismo quatorze anos após 11 de Setembro: limites, falhas e reflexões para o futuro. **Revista de sociologia e política.2014**

LESSA, Antônio C; MEIRA, Frederico A. O Brasil e os atentados de 11 de setembro de 2001. **Rev. Bras. Polít. Int.** 2001.

LEWIS, Bernard. The roots of Muslim rage. **The Atlantic.**1990

\_\_\_\_\_, Bernard. **A crise do islã: guerra santa e terror profano.** Jorge Zahar .2004

LIPPMANN,Walter. **Opinião Pública.** Editora Vozes.2008

McMEEKIN, Sean. **O expresso Berlim-Bagdá: O império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial 1898-1918.** Globo. 2011.

MOREIRA, Deodoro J.11 de setembro de 2001: Construção de uma catástrofe nas primeiras páginas de jornais impressos. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Dissertação de mestrado.**2004

MOTTA, Bárbara V. Securitização do terrorismo e a produção de insegurança: A experiência da segunda Guerra do Iraque. **1º Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais Associação Brasileira de Relações Internacionais.**2012

MUNSTER, Rens V. Logics of Security: The Copenhagen School, Risk Management and the War on Terror. **Political Science Publications** 2005.

NYE,Joseph. **Cooperação e conflito nas relações internacionais.** Editora Gente. 2009.

RAEVSKIY,Alexander E. Psychological aspects of the Aum Shinrikyo affair. **Psychology in Russia.** Lomonosov Moscow State University.2014

RAUCHWAY Eric.**Murdering McKinley:The making of Theodore Roosevelt's America.**Hill and Wang.2003.

ROLLINS, John. Al Qaeda and Affiliates: Historical Perspective, Global Presence, and Implications for U.S. Policy. **Congressional Research Service.** 2011

SANTOS, Michelly M. A insegurança jurídica causada pela ausência de uma definição para a prática do crime de terrorismo. **Monografia apresentada ao Curso de Direito do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.**2013

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Zahar. 1984.

SOUZA, Delanne N. Brazil's Role in the Fight Against Terrorism. **Revista Brasileira de Inteligência**. ABIN.2006

STRAMER, Janicke. The Language of War: George W. Bush's Discursive Practices in Securitizing the Western Value System in the War on Terror'.II **At the Interface / Probing the Boundaries**. 2010.

PASSOS Najam N. A revista Veja e a invenção do 'MST terrorista': Um estudo sobre a cultura da opressão no Brasil pós 11 de setembro Universidade Federal de Mato Grosso – **UFMT Instituto de Linguagens** – IL Cuiabá- MT 2008

PENHA, Gabriela de C. Análise risco de ocorrência de atos ilícitos em aeroportos brasileiros. **Monografia de especialização. Centro de formação de recursos humanos em transportes Universidade de Brasília**. 2008

PREPOSIET, Jean. **História do anarquismo**. Almedina. 2007

TAHA, Hussein M.O fenômeno do terrorismo no contexto mundial e sua influência na teoria da segurança nacional. **Instituto Brasileiro de Estudos Islâmicos**.Curitiba.2008

TANNO, Grace. A Contribuição de Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional.**Contexto Internacional**. 2003

TRIVIÑOS, Augusto S. **Uma introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Ática. 1987.

ULISSES, Laís S. Panorama da criminalização dos movimentos sociais no Brasil: suas diversas facetas e o emblemático caso da aplicação da lei de segurança nacional no Rio grande do sul. **Arquivo Jurídico, v. 2, n. 2, jan/jun** 2012

VERVAELE, Jonh A. A Legislação Antiterrorista nos Estados Unidos:Um direito penal do inimigo? **Revista eletrônica de direito penal e política criminal - UFRGS VOL. 2, N.º 1**. 2014.

WHEATCROFT, Andrew. **Infidels : a history of the conflict between Christendom and Islam**. Penguin Books.2003

WÆVER Ole . European Security Identities. **Journal of Common Market Studies** Vol. 34, No. 1. 1996

